

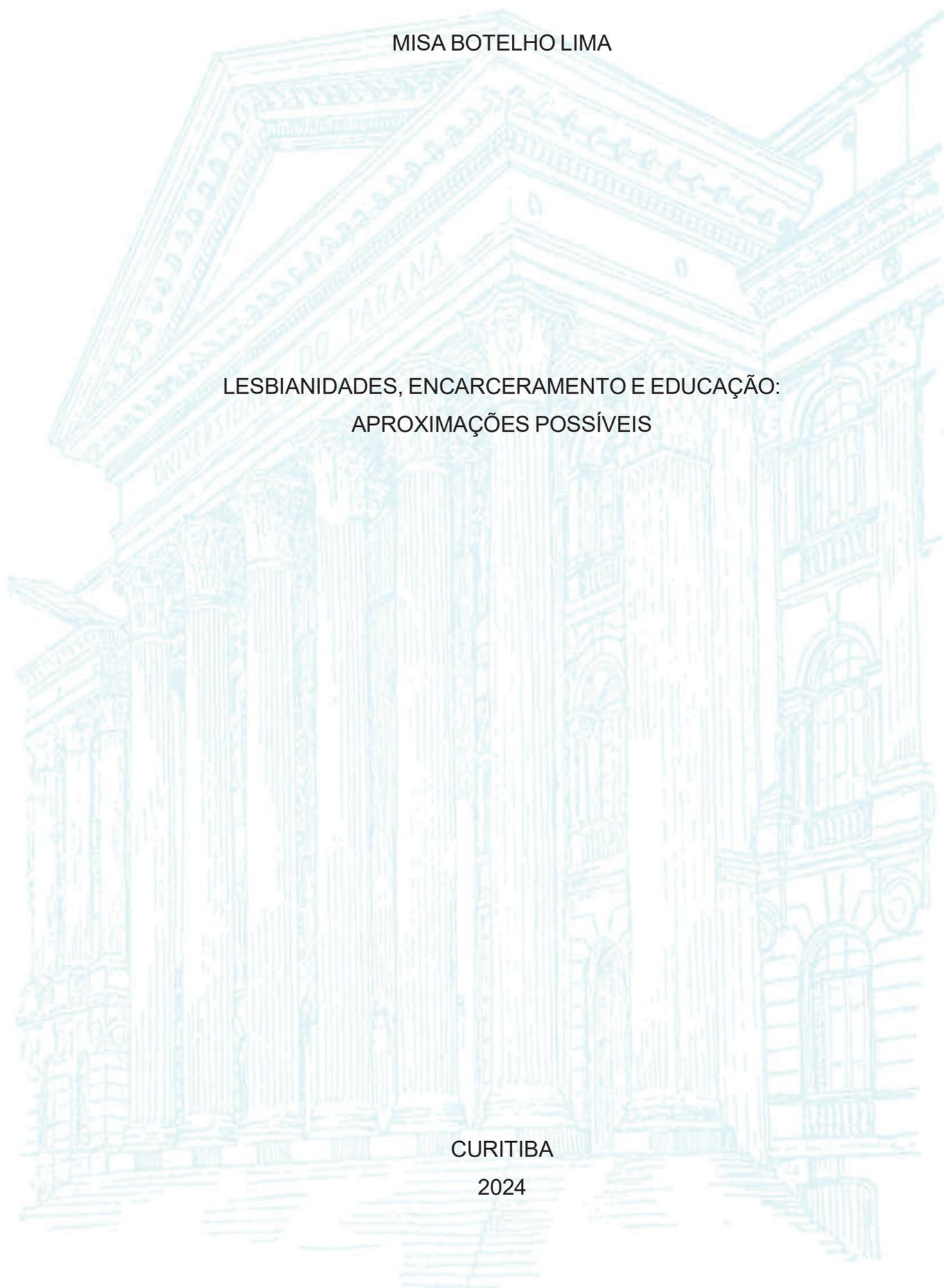
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MISA BOTELHO LIMA

LESBIANIDADES, ENCARCERAMENTO E EDUCAÇÃO:  
APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

CURITIBA

2024



MISA BOTELHO LIMA

LESBIANIDADES, ENCARCERAMENTO E EDUCAÇÃO: APROXIMAÇÕES  
POSSÍVEIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, no Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Dayana Brunetto

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Lima, Misa Botelho.

Lesbiandades, encarceramento e educação : aproximações possíveis /  
Misa Botelho Lima – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de  
Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dayana Brunetto

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Lésbicas. 3. Lesbianismo – Brasil.  
4. Prisioneiras – Educação. 5. Violência nas prisões. I. Universidade  
Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Educação. III.  
Título.

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da de de **MISA BOTELHO LIMA** intitulada: **LESBIANIDADES, ENCARCERAMENTO E EDUCAÇÃO: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS**, sob orientação da Profa. Dra. DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS, que após terem inquirido alun e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Junho de 2024.

Assinatura Eletrônica

25/07/2024 20:17:53.0

DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

24/07/2024 10:52:33.0

KARINA ROUSSENG DAL PONT  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

26/07/2024 18:47:42.0

SIMONE BRANDÃO SOUZA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA)

Assinatura Eletrônica

23/07/2024 16:29:27.0

MARCIELLY CRISTINA MORESCO  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)

A Léo Ribas e Fabi, mais conhecida como Madre, por ensinar a mim e outras tantas que ser sapatão diz muito mais do que sobre amar mulheres. Está inscrito no corpo. É político. É uma expressão de afronta à heteronormatividade. Se hoje eu estou e posso me colocar no mundo enquanto sapatão, foi porque elas e outras inconformes lutaram por mim.

## RESUMO

A presente pesquisa procurou dialogar com as experiências de uma pansexual, que esteve encarcerada, e com lésbicas e sapatão que compõem o único grupo de pesquisa do Brasil com enfoque nas lesbianidades e que esteve no campo do presídio algumas vezes, investigando e analisando as experiências de lésbicas e sapatão em situação de encarceramento. Através das narrativas possíveis, são feitas reflexões e aproximações com as questões de educação, tanto formal quanto não formal. As questões das lesbianidades presentes nas narrativas são analisadas a partir de autoras lesbofeministas, como Monique Wittig (2022) e Adrienne Rich (2003). O texto apresenta a metodologia cartográfica e busca priorizar as teorizações pós-estruturalistas. As situações de violência e abjeção também compõem as análises, visto que atingem tais corpos por meio de uma dupla opressão, que ocorre na sociedade extramuros e no ambiente da prisão. Através das análises, foi possível perceber algumas dinâmicas presentes no interior do presídio, por meio das falas de uma das interlocutoras, que contou algumas situações presentes no cotidiano daquele contexto. As análises demonstraram que o cárcere produz subjetividades específicas através de instrumentos de coação e manutenção do binômio docilidade-utilidade, mas, também, em alguns momentos, permite estratégias de resistência que são forjadas durante o cotidiano.

Palavras-chave: Lesbianidades; Encarceramento; Aproximações com a Educação; Violências; Resistências.

## **ABSTRACT**

This research initially sought to dialogue with the educational experiences of incarcerated lesbians. However, the methodological trajectory needed to be reorganized due to the impossibility of entering the field, as planned. From this turn, he spoke with the experiences of a pansexual, who was incarcerated and with lesbians and dykes who make up the only research group in Brazil focusing on lesbians and who was in the prison camp a few times, investigating and analyzing the experiences of lesbians and dykes in prison. Through possible narratives, reflections and approaches to education issues, both formal and non-formal, are made. The issues of lesbianism present in the narratives are analyzed based on lesbofeminist authors such as Monique Witigg (2022) and Adrienne Rich (2003). The text presents the cartographic methodology and seeks to prioritize post-structuralist theories. Situations of violence and abjection also make up the analyses, as they affect such bodies through a double oppression, which occurs in society outside the walls and in the prison environment. Through the analyses, it was possible to perceive some dynamics present within the prison, through the speeches of one of the interlocutors, who recounted some situations present in everyday life in that context. The analyzes demonstrated that prison produces specific subjectivities through instruments of coercion and maintenance of the docility-utility binomial, but also, at times, allows resistance strategies that are forged during everyday life.

Keywords: Lesbianities; Incarceration; Approaches to Education; Violence; Resistances.

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

LBL	Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais
LES	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidades, Gênero, Raça e Sexualidade
PERG	Penitenciária Estadual de Rio Grande
PET	Programa de Educação Tutorial
PSD	Partido Social Democrático

## AGRADECIMENTOS

Primeiro e antes de tudo, quero agradecer ao universo por ter colocado minha vó Claude na minha vida. Mulher Charrua guerreira, carregou o peso do mundo nas costas, foi ela que me ensinou basicamente tudo o que eu sei.

Depois, à minha mãezinha, que, por mais que tenhamos idas, vindas e brigas, o amor acabou vencendo.

E ao meu pai, ou como gosto de chamar carinhosamente de “véio”, porque as pessoas de mais idade e moradores de fronteira são incrivelmente parecidas.

À minha vó Irene, que largou tudo para seguir seus sonhos, aprendi também com a coragem dela.

Às minhas primas, Milena, “mile” ou “turo”, ou Júlia, “julinha”, que me ensinaram a ser “esperta” para trilhar meus caminhos.

À Isa, ou carinhosamente “Isinha bandida”, que só a gente entende a própria loucura.

À Kai, por sempre ter mate, afeto e comidas boas.

Ao meu irmão, minha vida, sangue do meu sangue e parte de mim, se não fosse ele, eu não seria eu.

À minha orientadora da graduação, Juliana Machado, que foi a primeira a acreditar que eu poderia “prestar” para algo, que eu tinha potencial como pesquisadora e, como a gente costuma dizer uma para a outra, “te amo sempre e todo o dia”.

À Thaty, que não se explica, só representa tudo o que arde e me mobiliza a ser melhor, eu vou te amar para sempre embora o mundo gire em milhares de voltas.

À Anny, ou carinhosamente “pe”, obrigada por tanto e por tudo. Tu e o Itinho fazem parte de mim.

À Bruna, uma das mulheres mais bonitas e valentes que tive oportunidade de conhecer.

À Gê, a “canarinha” mais forte e brava que já vi, *tu eres hermana!*

À Giseli, araucária, forte que sempre tem sombra e acolhimento, e além do mais é uma grande gostosa, meu coração é teu.

À Cris, “Geja”, por se mostrar sempre presente e me apelidar carinhosamente de “miojo”.

À Grazi (massa e fera), por ser essa mulher absurdamente inteligente e fantástica.

À professora Carol e à Sancy, por terem me mostrado que o mundo acadêmico da pós-graduação não precisa ser tão terrível.

À Vihen, minha parceira de casa e de vida, eu te amo.

À Julinda e Grazinha, por todo o corre que fizeram por mim, vocês têm meu coração para sempre.

À Giu, que entregou um dos meus livros favoritos para a TARJA TURUNEN, nunca vou esquecer.

À Rafa, ou “zoim” ou “zóio”, porque digo que ela tem olhos de tigre. Te amo muito também, tu e Joaquim.

À Carlinha, minha garota alegre e parceira de meter o “louco” até indo comer lanche. O mundo é teu.

Ao João e Caio, pelos melhores rolês e conversas de bar, saudade de vocês.

À Fernandinha, ou Fernandona, ou simplesmente Fernanda, sapatona firme, não cai fácil, como uma palmeira.

À outra Bruna, ou “Jaguara véia”, que defende os princípios com unhas e dentes, sempre vou te amar.

À Luana, ou “Lupita”, que tem sido uma figura de acolhimento e carinho para mim nesses dias frios de volta a fronteira.

Às meninas que tive oportunidade de trabalhar em Florianópolis: Fran, Jessey e Ivone. Vocês foram parceiras até o final.

E, por último, à pesquisadora sapatão mais bucetástica que eu conheço. ELA mesma, Dayana Brunetto. Sempre vou te amar e te defender de corpo e alma. TU é braza. Juntamente com a Day, agradeço à minha gata Moe (sim, por conta da Monique Wittig), que, com suas pequenas “patinhas”, costuma bagunçar a estrutura desta dissertação enquanto eu escrevo.

E, no fim das contas, agradeço às minhas bisavós Jaci da Silva e Enedina Pereira, e também à terra, que, de um jeito ou de outro, costuma me dar alguns recados.

Como disse a ativista e militante LGBT Érica Capinan e o militante indígena Tayguara, precisamos nos les(bi)anizar e gozar. Com ela e ele, eu aprendi que o resgate é retomada.

*Bascuadé Inchala* (em Charrua, levanta-te, hermana)!

*Quais são as palavras que você ainda não tem?*

*O que você precisa dizer?*

*Quais são as tiranias que você engole dia após dia e  
tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa  
delas, ainda em silêncio?*

*Para algumas de vocês que estão aqui hoje, talvez  
eu seja a expressão de um dos seus medos. Porque  
sou mulher, sou negra, sou lésbica, porque sou  
quem eu sou – uma poeta negra guerreira fazendo o  
meu trabalho –, então pergunto: vocês têm feito o  
trabalho de vocês?  
(Lorde, Audre, 2019)<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Ensaio *A transformação do silêncio em linguagem e ação*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO: MEMÓRIAS E ENCONTROS FRONTEIRIÇOS COM OS ESTUDOS DE GÊNERO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 PERCURSOS, PERCALÇOS, QUEDAS E GUINADAS METODOLÓGICAS .....</b>	<b>19</b>
<b>3 MULTIDÃO DE DESAJUSTADAS – DIÁLOGOS ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE SEQUESTRO .....</b>	<b>23</b>
3.1 Mulheres Encarceradas: Diálogo entre Situações de Trabalho e Escolares .....	27
<b>4 GÊNERO, LESBIANIDADES E SAPATONICES: ALGUMAS TEORIZAÇÕES.....</b>	<b>38</b>
4.1 Lesbianidades e os Ideais da Heterossexualidade .....	44
4.2 Entre a Escola e o Cárcere: Tecnologias da Precariedade e das Violências .....	54
<b>5 CONSIDERAÇÕES NUNCA FINAIS .....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>78</b>
Anexo I – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	78
Anexo II – Roteiro de Entrevista com Carioca .....	81

## 1 INTRODUÇÃO: MEMÓRIAS E ENCONTROS FRONTEIRIÇOS COM OS ESTUDOS DE GÊNERO

Início este texto retomando uma frase da poesia de Manoel de Barros, no livro *Menino do mato* (Vida boa, 2016), “eu vivia embaraçado nos meus escombros verbais”, pois penso nesse excerto enquanto sinto que não posso mais ficar embaraçada nos meus escombros verbais. A violência contra mulheres lésbicas e sapatão é uma realidade cruel e invisível, que silencia e mata. Para ilustrar essa realidade, começo escrevendo sobre duas situações de extrema violência que me fazem pensar sobre o corpo sapatão<sup>2</sup> como um lugar-vivência hipervisível e evidente (Halberstam, Jack 2008)<sup>3</sup> em alguns contextos, e invisibilizado em outros. Para iniciar essa discussão, trago dois relatos pouco divulgados pela mídia, que me instigam reflexões sobre quais vidas possuem a permissão para viver, e quais, quando são violadas ou morrem, não são passíveis do choro, do luto (Butler, Judith, 2020) e da comoção.

Luana Barbosa/Luan Vicctor<sup>4</sup> e Thaylanne Costa Santos. O que estes nomes têm em comum? Duas sapatão não femininas, vítimas de agressão, lesbofobia, lesbo-ódio, tentativa de lesbocídio e lesbocídio consumado.

Luana (Brasil de Fato, 2019), sapatão negra, sofreu violência policial enquanto estava levando seu filho Luan, de 14 anos, para um curso de informática. Abordada pela polícia, pediu para ser revistada por uma policial mulher conforme previsto em lei (Brasil, 1941). No entanto, seu pedido foi ignorado, e seu direito não foi considerado. Pelo contrário, foi ameaçada e agredida violentamente, o que ocasionou um traumatismo craniano, além de várias outras lesões, e, dias depois, a morte.

Thaylanne, sapatão branca, espancada por três homens enquanto voltava para casa de bicicleta vindo de uma festa. Foi agredida com uma barra de concreto, um pedaço de madeira e um facão, enferrujado e sem fio. Segundo os relatos de Luciana,

---

<sup>2</sup> Palavra utilizada como autoidentificação, autoafirmação e resistência às normas de gênero e sexualidade vigentes na sociedade ocidental, que também perpassa por disputas de narrativas (Brunetto, Dayana, 2021).

<sup>3</sup> Priorizo colocar o prenome das autoras mulheres Cis e Trans, bem como pessoas de identidades e expressões de gênero dissidentes na primeira vez em que são citadas como um posicionamento frente à invisibilização das feminilidades e das transgeneridades nas produções de saberes no campo científico e acadêmico. Essa prioridade é uma escolha política e epistemológica por uma escrita feminista.

<sup>4</sup> Trago aqui o nome “Luan Vicctor” com o de Luana Barbosa, pois em suas redes sociais pessoais está escrito dessa maneira, e também porque, a partir de vivências, observações e leituras, entendo que algumas experiências sapatão estão atreladas pela inconformidade de gênero. Isso não quer dizer que Luana/Luan se identificava como um homem trans.

mãe de Thaylanne: “Primeiro começaram a chamá-la de sapatão dos infernos, sapatão tem tudo que morrer... Aí, eles a agrediram com pauladas, facão e uma barra de concreto, tudo na cabeça.” (Preite Sobrinho, 2020). Esses relatos me impelem a questionar por que uma pessoa designada ao nascer como mulher, que usa cabelo curto e roupas consideradas “masculinas”, incomoda tanto a ponto de ser agredida brutalmente?

A poeta negra e lésbica Audre Lorde (2019, p. 52) nos alerta: “seu silêncio não vai proteger você”. Pois, a partir das suas palavras, é possível compreender que ela indica a necessidade de se transformar o silêncio em linguagem e ação. Esses relatos, por exemplo, são menos valorizados ou espetacularizados pelos veículos de comunicação, que não causam comoção generalizada na sociedade, mas que precisam ser evidenciados como forma de denúncia e problematização tanto nos movimentos sociais quanto na academia.

Relatos como estes são gatilhos psicológicos que promovem medo, angústia, tristeza... Para mim, colocar-se no mundo, como lésbica e sapatão, consiste num processo de afronta ao que Monique Wittig (2022) intitulou de discursos da heterossexualidade. Discursos que, para Foucault (2010, p. 8), “possuem poder de vida de morte” e são constituídos de tal forma que transmitem a percepção de imposição, delimitando espaços e designando fronteiras entre quem ocupa o lugar de “normalidade” e outras/os. As outras, os outros, as/os desviantes e desviadas/os dos padrões heteronormativos, as/os habitantes da fronteira (Louro, Guacira, 2016).

*Fronteira* é uma palavra que me perpassa e me atravessa de distintos modos, pois nasci e cresci na divisa entre Brasil e Uruguai. Para mim, essa palavra diz respeito a um lugar de divisão, separação de gente, de culturas, mas também é lugar de passagem, e de encontro, de troca, de dividir o chimarrão, a linguagem, a cultura, os modos de existir.

Acredito que minha vivência está imbricada por essa fronteira de trocas, encontros e confrontos. Me entendi como lésbica e sapatão em uma cidade pequena. Fui socializada em um ambiente cristão neopentecostal e sempre precisei “ser um bom exemplo” de vivência em acordo com as normas cisgêneras e heterossexuais. Ser desviante em um ambiente de religiosidade é estar em intercâmbio permanente entre as fronteiras do ser e do fingir ser. Do fingir para agradar, e do medo da descoberta, e de decepcionar.

O ambiente que frequentei durante minha infância, adolescência e parte da minha vida adulta era limitado para as descobertas de si. Eu, assim como outras tantas pessoas designadas e socializadas como mulheres, fomos educadas para a heterossexualidade e pela heteronormatividade. Ouvei muitas vezes, de diferentes pessoas e em distintas situações: “Quando tu tiver o teu marido...”

O ambiente escolar era um dos únicos espaços em que eu tinha possibilidade de expressar meus desejos e afetos por outras meninas, ainda que de maneiras contidas. Mas, apesar disso, me lembro especificamente da fala de um professor durante uma aula: “Tava andando de carro de noite, entrei em uma rua e vi duas gurias se beijando, que nojo.” Recordo também desse mesmo professor questionar a mãe da minha amiga, que trabalhava na secretaria da escola, se nós duas éramos sapatão. A escola não foi um espaço acolhedor para nós, enfim. Mesmo sem nunca termos mencionado nossa sexualidade, o nosso afeto e carinho foi motivo de especulação, “repressão” e vigilância.

Ingressei na universidade no ano de 2017, pois foi nesse momento que comecei a ter acesso aos estudos de gênero e sexualidade. No primeiro semestre do curso fui bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) em Pedagogia, onde abordávamos temas e teorias sobre a infância. Já nesse período, as questões de gênero e sexualidade se evidenciaram, quando falávamos dos brinquedos e brincadeiras, que são artefatos culturais capazes de “ensinar” sobre o que se espera em relação aos modos de performar o gênero (Butler, 2018).

Ser bolsista, além de me ajudar a permanecer na universidade e a aprofundar meus estudos, me permitiu ter mais autonomia para modificar a minha maneira de vestir e de agir. Nesse processo de transformações e com acesso aos estudos, comecei a me interessar pelas questões de gênero e sexualidade no segundo ano de graduação. E, nesse contexto, fui impulsionada por inúmeras inquietações e questionamentos tanto acerca de mim mesma quanto no que se refere às minhas observações durante as aulas e atividades acadêmicas.

Falo das minhas vivências no que diz respeito à expressão de gênero e sexualidade. Foi a partir dessas experiências e dos estudos que comecei a questionar as normas morais e cristãs presentes no meu cotidiano. O contato com as teorias de gênero, sobretudo com a perspectiva pós-estruturalista, me permitiu questionar as relações de poder-saber (Foucault, 2014) que naturalizam certas formas de vida e consideram outras como “antinaturais”. Para mim, era estranha a ideia de estar em uma

relação heterossexual, casar e constituir família dentro desses moldes. Mas eu ainda não sabia o porquê dessa estranheza, já que isso me foi apresentado desde a infância como o ciclo “normal” da vida.

Guacira Lopes Louro (2018) argumenta que as características das pessoas possuem significados culturais e também abrigam marcas do poder. Dessa maneira, os modos de ser mulher ou homem são mutáveis e variáveis histórica e culturalmente. Ter conhecimento dessas teorizações me possibilitou confrontar alguns aspectos literalmente impostos à minha corporalidade e ao meu modo de vida.

Parar de me vestir com roupas femininas foi um processo gradual que se intensificou à medida que fui compreendendo melhor minha sexualidade e conquistando mais autonomia financeira. Louro (2013, p. 46) fala sobre quem diverge dos padrões considerados socialmente legítimos de masculinidade e feminilidade. Para ela: “afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico”. Me fiz excêntrica para minha família e para outras instituições sociais, pois, além de ser lésbica, comecei a me vestir de modos vistos como inadequados para uma “mulher”, uma vez que “masculinos”.

Passei a habitar um lugar diferente aos olhares das pessoas. Olhares de suspeita, medo, escárnio, ódio ou até mesmo de deboche. Romper, ainda que parcialmente, com algumas normas de gênero e sexualidade impostas ao corpo designado como mulher produz confusão em mentes alheias. “Por que você quer parecer homem?” Ao refletir sobre essa pergunta, penso que me interessa pouco parecer homem, mas também não tenho a pretensão de performar uma feminilidade considerada como “correta ou ideal.” Minha expressão de gênero é sapatão! Minha identidade ou dissidência de gênero é sapatão! Assim como “*las xongas*” da Argentina, as “*butches*” dos Estados Unidos, e as machorras do Rio Grande do Sul. “Acho que a Misa é machorrna.” Ouvi isso em algum momento de uma colega da escola. Lembro que dei uma risada, mas não fiquei ofendida.<sup>5</sup>

Isso perpassa a forma que me visto, me nomeio e me apresento no mundo. “Misa” é o diminutivo do meu nome de registro que foi, durante grande parte da minha

---

<sup>5</sup> Sobre “*las chongas*” da Argentina: [https://www-pagina12-com-ar.translate.googleusercontent.com/translate/diario/suplementos/soy/1-2583-2012-08-17.html?\\_x\\_tr\\_sl=es&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-PT&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://www-pagina12-com-ar.translate.googleusercontent.com/translate/diario/suplementos/soy/1-2583-2012-08-17.html?_x_tr_sl=es&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-PT&_x_tr_pto=sc)

Sobre as “machorras” no Rio Grande do Sul: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/27402>

Sobre o termo “*butch*”: <https://medium.com/@lesbicanegracaminhao/nos-eua-o-termo-butch-alcan%C3%A7ou-uma-popularidade-crescente-a-partir-dos-anos-40-3b5efa27ce08>

vida, um apelido para quem tinha um lugar de amizade comigo. Quando me desloquei para outra cidade em que eu não era conhecida, passei a me apresentar como “Misa” em vários espaços. Nome pequeno, talvez um tanto ambíguo dentro de uma perspectiva de gênero, na qual acredito que, nesse período da minha vida (assumindo que tudo é transitório), diz muito sobre mim.

Esse nome faz mais sentido ainda quando inicio meu processo de racialização e profissionalização, que estava ocorrendo juntamente com a pesquisa. De entender minhas origens. Sou fronteiriça (Galeano, 1999; Hall, 2006), possivelmente de ascendência Charrua, população indígena que foi expulsa do Uruguai, Argentina e demais países da América do Sul, pelos processos de colonização, abjeção e necropolítica<sup>6</sup> de extermínio de corpos (Galeano, 1999; Mbembe, 2018; Butler, 2018). Falo de profissionalização pois comecei a trabalhar em uma escola no município de Florianópolis. Estive no norte da ilha, e no sul do mundo concomitantemente (Galeano, 1999).

Estive em processo de racialização e, ousou dizer, de neuroidentificação enquanto aprendi com as crianças. As crianças, principalmente as neurodiversas, como pontuado pela intelectual e ativista lésbica Gesiele Vargas (2023), possuem trajetórias escolares incomuns e distintas. Elas vivem de maneira quase que intrínseca o “lá onde há poder há resistência” (Foucault, 2017, p. 104). Se põem “cercados”, elas pulam por cima, se trancam a porta, tentam sair pela janela, se não conseguem nenhuma dessas opções, elas choram. Então o corpo fala, grita, faz “birra”. São insubmissas, assim como as sapatão que me ensinam.

Sapatonas dissidentes de raça, de gênero, do sistema que sustenta e faz funcionar a heterossexualidade compulsória. Sapatonas neurodissidentes, como pontuado por Carolina Langnor, ao dialogar com o estudo proposto por Gesiele Vargas (2023). Que não se curvam ao patriarcado misógino e machista. Que não estão dispostas a aceitar as opressões compulsórias. Que ousam dizer que são misândricas, considerando que estamos falando das masculinidades hegemônicas, isto é, aquelas definidas pelos efeitos de poder social ainda produzido pelo patriarcado machista. Raewyn Connell e James W. Messerschmidt (2013), sapatonas “*bluesdyke*”, em referência à música BB King do Rapper, poeta e intelectual negro Baco exu do Blues: “Só eu posso fazer minha arte, Só eu posso me descrever, vocês não tem esse direito,

---

<sup>6</sup> Necropolítica é o poder que escolhe quem vai viver e quem deve morrer.

não sou obrigado a ser o que vocês esperam, somos muito mais. Se você não se enquadra ao que esperam, você é um Bluesman (Baco, 2018).”<sup>7</sup>

Não nos enquadramos, somos *blues* sapas. Escrevo um pouco sobre mim e as situações que me perturbaram, e ainda me tocam, para destacar que os saberes produzidos nesta pesquisa são localizados e corporificados (Haraway, Donna, 1995). Localizados, pois não há uma autoria misteriosa e neutra na produção desta pesquisa (Veiga-Neto, 2014). Escrevo inspirada pelo que Paul Preciado fala em uma entrevista<sup>8</sup> sobre pensadoras/es autocobaias, que pensam com seu próprio corpo. Procuo pensar e escrever a partir das experiências que me afetam, me perpassam e me mobilizam (Bondía, 2002), pois me recuso a fazer o que bell hooks chama de “cisão corpo e mente” (hooks, 2013). Sou o meu corpo, pois nele estão marcadas minhas dores, meus amores, minha ancestralidade e minha história.

Acho que daí parte meu interesse nos modos de vida e socialização das sapatão e mulheres bissexuais que compõem, ou realizam projetos de ensino e extensão no âmbito do sistema carcerário. Não só sapatonas, mas “mulheres viado” (Souza, Simone Brandão, 2018), as “paizinho”, as “bicudas” (Diniz, Debora, 2015), as “que viram homem”, seja por necessidade, ou por estética, ou para autoproteção. Tudo o que envolve essa multiplicidade atrelada às questões de raça, gênero e sexualidade. A partir disso e das dificuldades de me inserir no campo, minha pergunta de pesquisa foi alterada para: “Quais as percepções de uma sujeita que já esteve encarcerada e de pesquisadoras que já estiveram no presídio sobre as experiências das lésbicas e sapatão neste espaço e as aproximações dessas narrativas com a educação?” Com isso, objetivo conhecer as narrativas de uma sujeita dissidente de sexualidade sobre suas percepções acerca dos processos de subjetivação das sujeitas lésbicas e sapatão encarceradas; conhecer as narrativas das pesquisadoras que estiveram no presídio e suas percepções sobre as experiências de estar nesse espaço realizando pesquisa com lésbicas e sapatão; e analisar as narrativas em aproximação com as questões da educação.

Para isso, penso na possibilidade de uma metodologia que seja cartográfica. Pois, conforme articulado pela pesquisadora Dayana Brunetto (2010, p. 23), “a cartografia suscita um traçado singular, em construção, por meio dos movimentos e incursões no campo de pesquisa”. Movimentos que não ocorrem de maneira linear e

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qYPZYyPYDeA>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=04Uibmsg0zc>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

fragmentada, mas que estão articulados com tudo o que nos compõem e nos forma. Como escrito pelo poeta Paulo Leminski (2013, p. 19), em seu poema *Contranarciso*, “em mim eu vejo o outro”, de modo que o “outro” se interpela a mim, formulando um “nós” global (Hall, 2006).

Portanto, proponho uma metodologia cartográfica de “nosotros”, que é como se fala “nós” em línguas da América do Sul. Pois se compõe da palavra “nós” e “outros”, de maneira conjunta. Estabelece fronteiras, mas também um diálogo, um atravessamento. Este texto foi composto por experiências, vivências, corporalidades e muita lesbianidade e sapatonicidade.

Esta dissertação está composta por esta introdução e por 5 capítulos. No segundo, intitulado *Percursos, percalços, quedas e guinadas metodológicas*, abordo os caminhos pelos quais a pesquisa quase que “literalmente” me carregou. No terceiro capítulo, que compõe a terceira parte, denominado de *Multidão de desajustadas: diálogo entre as instituições de sequestro*, escrevo sobre a constituição da prisão em diálogo com as teorizações de Michel Foucault (2014). No tópico 3.1, que se intitula por *Mulheres encarceradas: diálogo entre situações de trabalho e escolares*, busquei dialogar com as pesquisas sobre a constituição das prisões femininas no Brasil. O capítulo 4 é intitulado *Gênero, lesbianidades e sapatônicas: algumas teorizações*, em que realizo a discussão teórica voltada às questões de gênero e sexualidade no âmbito da perspectiva pós-estruturalista. O tópico 4.1 tem por título *Lesbianidades e os ideais da heterossexualidade*, nesta parte me aprofundo mais sobre as questões das lesbianidades e os discursos produzidos pela heterossexualidade enquanto norma. O tópico 4.2 intitula-se *Entre a escola e o cárcere: tecnologias da precariedade e das violências*, onde busco falar sobre as situações de abjeção que atingem determinadas corporalidades específicas. O capítulo 5 traz as considerações finais sobre o trabalho.

## 2 PERCURSOS, PERCALÇOS, QUEDAS E GUINADAS METODOLÓGICAS

A pesquisa, assim como o engajamento político que se movimenta contra o racismo de Estado (2005), está em constante movimento e transformação. Segundo a autora Marlucy Alvez Paraíso (2012, p. 26): “mudaram as formas como vemos, ouvimos, sentimos, fazemos e dizemos o mundo. Mudaram nossas perguntas e as coisas do mundo. Mudaram os outros e mudamos nós”. Aprendi a ser pesquisadora no movimento social e político, sendo integrante da Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (LBL). Nesse espaço, pude observar, perceber e sentir que o campo é “aberto e conectável” (Deleuze, 1992, p. 46-47). Dessa maneira, o primeiro acesso que obtive ao lugar que seria o campo da pesquisa foi como voluntária do I LesboCenso Nacional, na penitenciária Feminina de Piraquara, no Paraná. Inicialmente, este seria o *locus* onde eu iria desenvolver a presente pesquisa.

Em meu segundo ano de mestrado, solicitei à penitenciária a aprovação para a realização da pesquisa, após conseguir a permissão do Comitê de Ética, que ocorreu no dia 9 de setembro de 2023. Após isso, através de várias ligações e *e-mails*, tentei contato com a penitenciária. O primeiro *e-mail* que enviei foi para o endereço que encontrei no *site* institucional. Os outros quatro me foram indicados nos momentos das ligações que fiz, que foram muitas. O processo foi aberto no Protocolo Geral do Estado do Paraná apenas em 21 de novembro de 2023 e foi encaminhado para vários setores. Porém, quando eu fazia as ligações, não me eram fornecidas informações concretas sobre em quanto tempo iria correr o processo. Minha orientadora e sua esposa, Léo Ribas, também procuraram contribuir no processo do acesso, sem êxito. Estamos em um contexto político de governo de direita, no segundo mandato de Ratinho Jr. (Partido Social Democrático – PSD).<sup>9</sup> Dessa forma, o acesso ao campo me foi negado e tive que reinventar, com minha orientadora, outras alternativas para seguir com o andamento da pesquisa.

Refleti sobre a relação entre minha pouca experiência com o campo<sup>10</sup> e meus sentimentos de pertencimento, bem como de deslocamento. As frases como “Sapatão não tem muito, tem mais lésbica”; a paixão das que se intitulam “lésbicas” pelos “paizinho” pessoas designadas mulheres, porém alinhadas a uma performatividade (Butler, 2018)

---

<sup>9</sup> Biografia do partido: Disponível em: <<https://psd.org.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

<sup>10</sup> Acesso ao campo que se deu quando fui voluntária do I LesboCenso Nacional.

de gênero “masculina”; a conjuntura do prédio, com muros e grades altas, lugares específicos para o “banho de sol”. É um presídio, mas também traz elementos que se assemelham aos de uma instituição escolar, o que me provocou a refletir sobre as instituições de poder (Foucault, 2014) e a respeito do quanto elas são parecidas entre si. A lógica do vigiar e punir opera em fluxos que, mesmo em ordem, ainda estão desordenados. O tráfico de afeto é motivo de punição em algumas instituições de privação de liberdade, como mencionado no Relatório Nacional de Inspeções sobre a População LGBTI+ Privada de Liberdade no Brasil (Coloniese, Bárbara; Ferreira, Guilherme Gomes; Klein, Caio Cesar, 2023).

A ala construída para a “permanência” das travestis e seus maridos (Passos, Gustavo, 2014) é delimitada em espaços longe dos tumultos e rebeliões que, geralmente, compõem as instituições de sequestro. Política da conveniência e do isolamento aplicada às corporalidades que incomodam as normas regulatórias da sociedade, a exemplo do patriarcado. Sobre esse sistema, bell hooks (2022) o intitula como um conjunto de relações onde se estabelecem o lugar superior e o inferior, que se intensificam quando se pensa também em relações de raça e de classe. Dessa forma, nessas alas de permanência LGBT nas instituições de sequestro, se estabelece a noção do “te protejo se você não aparecer” (Butler, 2018). Nas alas e penitenciárias compostas por pessoas designadas mulheres também não é diferente. Quem “trabalha” para sustentar a cela são as bicudas (Diniz, 2015). A autora Debora Diniz (2015, p. 50) descreve as bicudas como mulheres que “no pátio ou na cela, bicuda anda com mulher a tira-colo, oferece muque e prestígio, em troca pede roupa limpa e comida melhorada”, as bicudas ou as mulheres viado (Souza, 2018) oferecem suas habilidades e esperam que as “*ladys*”, lidas socialmente como femininas, façam a limpeza e cuidem dos seus pequenos lares.

Pode-se dizer que é apenas uma reprodução de um patriarcado machista? Ou é uma política de sobrevivência a uma conjuntura devastadora das existências?

Após as inúmeras tentativas de contato com a penitenciária feminina de Piraquara sem sucesso, o que por si só representa um dado que demonstra um investimento de poder num sigilo que pode estar relacionado a muitas coisas, pensamos em outra proposta coletiva para constituir a pesquisa. Então, por ter a pesquisa da professora doutora Simone Brandão Souza, realizada em um presídio feminino no estado da Bahia, como referência para este trabalho e também por sua presença em minha banca de qualificação, procurei realizar um primeiro diálogo com as pesquisadoras do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidades, Gênero, Raça e Sexualidade (LES), que me

auxiliaram a “sulear” (Galeano, 2009) esse percurso. Comuniquei a professora sobre os entraves que tive para o acesso ao campo, que estarão explicitados no Anexo I deste trabalho, e tivemos um momento de apresentação e diálogo, o que me auxiliou com algumas narrativas.

Depois de um tempo, lembrei de uma colega do curso de pedagogia que havia estado no ambiente prisional. Já não possuía mais o contato dela. Solicitei a outro colega, que prontamente me passou. A interlocutora da pesquisa é ex-detenta da Penitenciária Estadual de Rio Grande (PERG), localizada no município de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Ela relatou sobre o período de 6 meses em que esteve encarcerada. Entrei em contato primeiramente via WhatsApp, comunicando a proposta da pesquisa e enfatizando que era sobre gênero e sexualidade. A interlocutora, que pediu para ser denominada como Carioca, a pedido, aceitou. No dia 21 de maio de 2024, realizamos a entrevista de forma remota, depois dela assinar o termo de consentimento do uso das narrativas, modelo presente no Anexo I. A entrevista teve 1 hora de duração e se desenvolveu a partir de um roteiro semiestruturado (Anexo II).

O LES é coordenado pela professora doutora Simone Brandão Souza. Agendei uma reunião coletiva com as pesquisadoras no dia 23 de fevereiro, de forma remota, que durou aproximadamente 2 horas. Nessa experiência, me apresentei e também a pesquisa. Utilizo aqui a metodologia cartográfica de nosotros (Galeano, 2009). A palavra “nosotros” refere-se a nós e aos outros, por que assim como não existe luta sozinha (Gallon, Karina, 2018)<sup>11</sup>, não existe pesquisa sozinha.

A cartografia também se constitui por um olhar para as subjetividades que são tanto singulares quanto coletivas (Scherer, Laura Alves; Grisci, Carmem Ligia Iochins, 2020), e propõe análises sem que algo seja prescrito. Portanto, é uma metodologia que está sempre aberta para a novidade:

A cartografia se aproxima mais de uma forma de experimentação como modo de produção do conhecimento do que de uma maneira pré-estabelecida, com contornos fixos e engessados a obedecer para obtenção dos resultados desejados. Com isso, pode-se afirmar que cartografar experiências escapa da obediência e suscita a produção do novo (Brunetto, Dayana, 2010, p. 24).

---

<sup>11</sup> Documentário “Não existe luta sozinha”. Disponível em: <[https://www.dropbox.com/scl/fi/dn7lcb9xrl5w6b13l3rrb/Doc\\_N-oExisteLutaSozinha.mp4?rlkey=9ahwj8362k5cz6gyg0nwrk4hc&e=3&dl=0](https://www.dropbox.com/scl/fi/dn7lcb9xrl5w6b13l3rrb/Doc_N-oExisteLutaSozinha.mp4?rlkey=9ahwj8362k5cz6gyg0nwrk4hc&e=3&dl=0)>. Acesso em: 15 maio 2023.

Segundo Suely Rolnik (1989), a pesquisadora cartógrafa se utiliza de diversas fontes, para além do escrito e do teórico, e não tem medo do movimento decorrente da pesquisa. Dessa forma, não segue nenhum tipo de padrão normalizado “o que define portanto o perfil do cartógrafo é exclusivamente um tipo de sensibilidade, que ele se propõe a fazer permanecer, na medida do possível em seu trabalho” (Rolnik, 1989, p. 68). Com isso, produzi um olhar subjetivo e localizado, com ênfase nas subjetividades de quem se propôs a participar desta pesquisa. Essa postura, permeada por um compromisso ético e político (hooks, 2013), me guiou em meio aos papéis e muitas perguntas.

A primeira experiência em campo com o grupo LES foi extremamente afetuosa. Pude perceber o que bell hooks (2021, p. 36) fala sobre “o papel do amor em qualquer movimento por justiça social”. Conversamos sobre a motivação para a criação do grupo, formado em 2016. A pesquisadora Simone Brandão Souza salientou o quanto é importante que exista uma formação contínua e continuada para debater sobre temas que envolvem as múltiplas lesbianidades.

A interlocutora, que esteve na PERG, prisão mista no estado do Rio Grande do Sul, pediu para ser identificada como “Carioca”. Ela se define como uma mulher pansexual e tem 23 anos de idade. Utilizei um roteiro semiestruturado (Anexo I) para a nossa entrevista, mas, segundo Rosa Maria Hessel Silveira (2007), a entrevista não é uma simples técnica a ser dominada a fim de extrair as “verdades” da/o sujeita/o na forma de dados para a pesquisa. Esse momento é um evento discursivo complexo, que possui imagens e representações. A situação de entrevista também nos coloca em contato com o inesperado, com o não dito, com outras nuances que não estão somente atreladas à fala. Dessa forma, os olhares, sorrisos e silêncios são situações fundamentais para as análises. A conversa com Carioca foi gravada e transcrita, e será analisada pela perspectiva da cartografia, considerando os “modos de subjetivação e os processos de formação” (Farina, Cynthia, 2010, p. 8).

Por isso, o roteiro não foi seguido à risca e conversamos sobre várias situações que ela experienciou naquele ambiente, em que ela mesma menciona: “quando eu fui pra lá eu pensei: pô, já que eu tô aqui, eu vou fazer tipo como se fosse uma pesquisa né, por que, quando eu vou tá aqui de novo né, se Deus permitir nunca...”

No capítulo que segue, busquei dialogar com alguns aspectos em comum das instituições disciplinares de sequestro, com foco privilegiado na questão da escola e do cárcere. Trouxe também uma pequena reflexão sobre a existência da mulher negra e poeta Stella do Patrocínio.

### 3 MULTIDÃO DE DESAJUSTADAS – DIÁLOGOS ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE SEQUESTRO

*Estar internada é ficar todo dia presa  
Eu não posso sair, não deixam eu passar pelo portão  
Maria do Socorro não deixa eu passar pelo portão  
Seu Nelson também não deixa eu passar lá no portão  
Eu estou aqui a vinte e cinco anos ou mais  
Stella do Patrocínio (2001, p. 55)*

“Eu sou seguida acompanhada imitada assemelhada tomada conta examinada revistada.” Essa frase, dita por Stella do Patrocínio em um de seus intitulados “falatórios”, revela a sua condição de total desamparo. Os “falatórios” de Stella foram posteriormente transcritos por estudantes e voluntárias do projeto Livre Expressão Artística, realizado no núcleo psiquiátrico da Colônia Juliano Moreira, que funcionava em Jacarepaguá, no estado do Rio de Janeiro. Stella foi internada em uma instituição psiquiátrica, vigiada pelos múltiplos olhos dos aparelhos disciplinares (Foucault, 2014) e submetida ao controle do sistema.

Stella do Patrocínio era uma mulher negra que, segundo as informações do *site* Museu Bispo do Rosário, foi detida por policiais. E não se sabe o motivo concreto disso, visto que ela estava apenas caminhando por uma rua no bairro Botafogo, na cidade do Rio. Então, ela foi sequestrada e internada de maneira compulsória em um manicômio. Em um relato sobre a sua experiência, após ser direcionada ao pronto-socorro por ter sofrido um acidente, Stella contou: “e aí chamou uma ambulância, uma ambulância assistência e disse ‘carreguem ela’, mas não disse pra onde, ‘carreguem ela’... Ela achou que tinha o direito de me governar na hora...” (Patrocínio, Stella do, 2001).

Depois de alguns anos, a partir dos estudos que reconheceram a potência de suas narrativas, Stella do Patrocínio foi considerada poeta. Suas palavras foram reunidas em um livro, uma forma de garantir que suas ideias não se perdessem no anonimato e de dar visibilidade à experiência de quem desafia as normas sociais e é marginalizado. A autora dos “falatórios” não teve oportunidade de deixar nada escrito sobre seu pensamento, porém seus diálogos e monólogos falam sobre o sistema de aprisionamento da vida das pessoas, que, segundo Foucault (2017, p. 12), são “tecnologias de assujeitamento”, que se referem a um forçoso entendimento sobre si

mesmo, que é ocasionado pelas forças disciplinares que se estreitam sobre os corpos a fim de capturar as vivências em uma trama de regulamentação do corpo e da vida.

Esse tipo de prisão compulsória se constitui através de uma pluralidade complexa de conhecimentos e discursos de poder que formulam as instituições de sequestro. Para Foucault (2015), essas instituições se caracterizavam:

pelo fato de que os indivíduos estavam ocupados o tempo todo em atividades produtivas puramente disciplinares ou de lazer. O controle do tempo era um dos pontos fundamentais daquele superpoder que o capitalismo organizava através do sistema estatal. Fora das instituições de sequestro concentrada – colégio, fábrica-prisão, casa de correção – onde o emprego do tempo era uma peça essencial [...] – o controle, a gestão e a organização da vida dos indivíduos [representavam] uma das coisas essenciais estabelecidas no início do século XIX. (Foucault, 2015, p. 193).

As instituições de sequestro começaram a se desenvolver com mais ênfase a partir do século XIX. Esse processo se deu em meio a várias transformações sociais, entre as quais, a consolidação do sistema capitalista, um dos efeitos de poder do deslocamento do sistema feudal para outros modos de produção, como os industriais, por exemplo. Esse sistema se ocupou do exercício de um poder normalizador sobre a classe trabalhadora, e, nesse contexto, a classe trabalhadora se encontrava em processo de constituição.

Para controlar a vida da população, agora entendida como trabalhadora, era preciso criar instituições e mecanismos de controle que fossem internalizados pelas pessoas e pela sociedade da época. Para institucionalizar a vida da população, agora entendida como trabalhadora, foram produzidos “suplementos de poder para fixar os indivíduos nos aparatos sociais, pedagógicos, produtivos...” (Foucault, 2015, p. 192). O objetivo era normalizar as condutas da vida pelo viés da disciplina, que, de acordo com Foucault, pode ser considerada como: “um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia” (Foucault, 2014, p. 208).

A normalização disciplinar é uma articulação de discursos e técnicas que visa governar os indivíduos por meio da criação de um modelo operacional que “consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz” (Foucault, 2008, p. 75). A partir disso, a disciplina, sob uma construção atrelada

a um olhar que produz hierarquias, constrói relações de “quadriculamento cada vez mais detalhado dos comportamentos individuais” (Foucault, 2014, p. 170). Essa lógica de controle se aplica ao tempo e aos espaços no âmbito de múltiplas instituições sociais, que fazem funcionar esse esquema.

As instituições disciplinares operam por meio de estratégias de classificação e de hierarquização, e constituem um “aparelho de observação, de registro e de treinamento” (Foucault, 2014, p. 170). Isso produz um olhar atento sobre os corpos, com o objetivo de torná-los funcionais e produtivos. Essa vigilância se manifesta através da fiscalização e da regulamentação das condutas das pessoas. Essas condutas se referem aos mais variados contextos dessas vidas.

A sociedade disciplinar se forma a partir de extensos processos históricos, e se caracteriza pela integração dos indivíduos em um sistema que regula “o corpo, o tempo, a vida” (Foucault, 2015, p. 180). Essa regulamentação se dá através de diversas técnicas e mecanismos. O exame é uma das principais técnicas do poder disciplinar e visa o registro detalhado dos indivíduos. Tais registros reúnem documentações com diversos saberes sobre as pessoas.

Os saberes acumulados incidem em um processo de “objetivação e de sujeição” (Foucault, 2014, p. 187), pois todos os indivíduos se tornam alvo de descrições analíticas. Essas descrições são feitas para constituir “uma série de códigos da individualidade disciplinar que permitem transcrever, homogeneizando-os, os traços individuais estabelecidos pelo exame...” (Foucault, 2014, p. 185). A partir dessas técnicas de saber-poder que articulam os registros e códigos, os indivíduos são fabricados pelos efeitos do poder disciplinar, com ênfase específica nos desvios.

As pessoas se tornam alvos de minuciosas categorizações e cálculos, e essa vigilância se torna cada vez mais intrusiva. Nesse sentido, no âmbito da sociedade disciplinar, se espalham diversas maneiras e modos de exercer poder, que são aprimoradas e reforçadas. Para exemplificar esse processo, Foucault (2014) descreve o panóptico de Bentham, uma construção arquitetônica circular cujo centro traz uma torre de vigilância: poucos olhos observam todos os indivíduos.

Essa composição se alastrou pelas instituições como a escola, o hospital, a fábrica e a prisão. A partir disso, instituiu-se uma nova técnica de observação e controle das pessoas, que se tornou uma ferramenta poderosa de poder. Essa técnica se manifesta de forma mais detalhada e ramificada, na qual cada indivíduo sabe que está sendo visto e, por conta disso, é condicionado por ele mesmo a adequar seu

comportamento às normas. Essa vigilância constante distribui e extrapola a estrutura panóptica, e se integra às condutas mínimas das pessoas.

A disciplina se torna mais efetiva, pois não é preciso um poder impositivo que a faça funcionar. O exercício do poder se multiplica de modos sutis e difusos tendo variados direcionamentos e finalidades, fazendo com que a sociedade seja “toda atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares” (Foucault, 2014, p. 202). A sociedade capitalista é intensificadora desse processo, uma vez que, a partir da acumulação de riquezas, ocorre também um acúmulo de pessoas que se dá dentro dos próprios meios de produção. Nesse contexto, “a coordenação e o controle das tarefas foram impostos e se tornaram eficazes” (Foucault, 2014, p. 213), enredando as pessoas de forma sutil nas redes de poder.

A partir das análises foucaultianas (2014; 2015), pode-se observar que as instituições disciplinares se difundem e se multiplicam em contextos localizados em países como França e Inglaterra. Essa difusão torna a presença dessas instituições cada vez mais comum e necessária aos olhos das pessoas e da sociedade. E a configuração do sistema prisional se constituiu após a aplicação de práticas anteriores de punição e técnicas de correção, que eram expressões do que Foucault intitulou como “corpo suplicado”, nessas práticas, eram infligidas marcações físicas nos corpos dos considerados criminosos. Essas práticas foram se transformando até que se tornou possível aplicar a privação de liberdade como mecanismo de controle. A privação de liberdade se baseia na concepção de que a liberdade é algo comum para as pessoas. Dessa forma, a sua retirada é vista como uma forma “justa” de punir (Foucault, 2015).

A instituição prisão se estabelece antes da legalidade postular sua definição como “pena por excelência” (Foucault, 2014, p. 223). Após ocupar esse espaço, tornou-se uma engrenagem integrante e percebida como indispensável na sociedade capitalista. “Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão” (Foucault, 2014, p. 224), pois se fixou de uma maneira sólida por meio de pressupostos convincentes. Suas técnicas e aparelhagens buscam restringir a “liberdade” da pessoa, bem como formular saberes sobre ela, saberes estes que são ajustados a toda uma rede de permanente vigilância.

No próximo capítulo, dialoguei com alguns estudos sobre as prisões femininas brasileiras. Nesse aspecto, busquei trazer falas da interlocutora Carioca, que dialogam ou não com certas realidades dos estudos.

### 3.1 MULHERES ENCARCERADAS: DIÁLOGO ENTRE SITUAÇÕES DE TRABALHO E ESCOLARES

Nesta seção, trago alguns estudos sobre as prisões femininas no Brasil que estão relacionados à sua fundação, bem como o que esses estudos dizem sobre educação no ambiente carcerário.

O estudo de Bruna Angotti e Fernando Salla (2017) aponta que as primeiras instituições carcerárias, pensadas para as mulheres, datam do início de 1940. Nesse início, as mulheres eram presas por vadiagem ou prostituição, tendo que dividir celas com homens em péssimas condições nesse ambiente. Porém, “apenas no final da década de 1930 e início dos anos 40 que foram criados os primeiros estabelecimentos prisionais especificamente femininos no país” (Angotti; Salla, 2017, p. 14). Nesse contexto, a igreja católica também entrou em disputa para realizar o monitoramento das prisões femininas, e tomou a iniciativa de retomar nas mulheres os ideais “domésticos”, tidos como femininos.

A Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d’Angers, fundada na França, que vinha fazer missões no Brasil, no final do ano de 1930, ocupou o lugar do Estado para realizar a tutela das mulheres em condições de cárcere. Na gestão da congregação, eram indicados trabalhos como corte, costura, tapeçaria e jardinagem (Angotti; Salla, 2017). Apesar de terem buscado por mais informações, a autora e o autor não encontraram documentos que detalhassem as especificidades do dia a dia nas penitenciárias e os cuidados da congregação.

Segundo Heide Ann Cerneka (2009), é recente a atenção vinculada a certas especificidades das pessoas designadas como mulheres no cárcere. A autora fala sobre a pluralidade de mulheres que estão na condição de encarceradas. Segundo ela, é um perfil múltiplo, considerando vários aspectos. “É claro que há um dado demográfico mais comum – de jovens, sem ensino fundamental completo, não-brancas, mães, presas por tráfico de drogas. Contudo, estes dados não representam a realidade de cada mulher.” (Cerneka, Heide Ann, 2009, p. 65). Sobre isso, Carioca menciona que na PERG: “Então, a maioria eram mulheres brancas, não sei se por ser no Rio Grande do Sul, né... mas digamos que de 100 por cento 25-30 por cento eram mulheres negras.” Dependendo da localidade, o fator racial também apresenta modificações, ainda que não representem as mulheres custodiadas em nível macro. A nota técnica apresentada pelo Diário Oficial do Rio Grande do Sul (2022) aponta que, entre as 43.625 pessoas

privadas de liberdade, 14.375 são pretas e pardas. Com relação às mulheres, segundo uma reportagem disponibilizada pelo Governo do Estado (2023) 65,1% delas são brancas e com baixa escolaridade. Em contrapartida, os dados nacionais disponibilizados pelo Levantamento de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres (Santos, 2018, p. 40) apontam que, no Brasil, a população de mulheres negras encarceradas soma 62%. O encarceramento massivo da população negra é um dos exemplos do racismo de estado (Foucault, 2005) que escolhe quais vidas vão ser expostas a situações de precariedade, vulnerabilidade e violência, e, no Brasil, essas vidas são geralmente negras.

Olga Espinoza (2002) define o espaço prisional feminino como um espaço em que “era prioritário reinstalar o sentimento de pudor” (Espinoza, Olga, 2002, p. 52). A autora também faz uma crítica à invisibilização das mulheres nesse ambiente, em que há uma negação de direitos. “Essa situação é percebida nas precárias condições de saúde das reclusas, nas restrições para a visita íntima familiar” (Espinoza, 2002, p. 53) que colocam as encarceradas em situação de abandono tanto pelo Estado quanto pela família.

Luciana Rosar Klanovicz e Fernanda de Araújo Bugaí (2019) falam sobre as leituras positivistas que eram feitas sobre as mulheres “criminosas”, sob a ótica de estereótipos do patriarcado. Nesse sentido, as análises eram limitadas e essas mulheres eram vistas como pessoas anormais pelo cometimento dos crimes. Para as autoras:

A marginalização das mulheres criminosas no interior da marginalização do crime veio a ser historicamente construída na medida em que as teorias dominantes de crime (anomia, transmissão cultural ou e conflito) essencialmente localizavam a marginalidade nas classes pobres e no comportamento criminal masculino, daí a sexualização, a psicologização e a silogização dessas mulheres tidas como ‘loucas’. (Klanovicz, Luciana Rosar; Bugaí, Fernanda de Araújo, 2019, p. 82).

Os dados do Levantamento de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres (Santos, 2018), em sua segunda edição, demonstram que existiu um aumento do encarceramento feminino no Brasil, tendo 42.355 mulheres em situação de privação de liberdade, em comparação com os grupos de 100 mil mulheres “livres”. A pesquisa deixou evidentes as subnotificações, bem como os estados do Brasil que se recusaram a responder aos formulários. A quem e por que interessa manter esses dados em subnotificação? Esse relatório também demonstra que 45% dessas mulheres estão

aprisionadas sem ter uma condenação. O relatório também apresenta que 62% da população carcerária no Brasil é composta por mulheres negras.

Algumas produções sobre as prisões femininas brasileiras são análises um tanto problemáticas. O privilégio está atrelado à forma com que elas se alimentam, organizam suas casas e, bem, a ênfase, no corpo estranho da sapatão que “torna-se homem” (Silva, Carolina do Amaral; Hack, Marilza Stadler de Campos; Torres, Renata Himovski, 2016, p.124). Fala-se muito de um termo que me parece um tanto engraçado, ou discurso que faz rir (Foucault, 2010), “homossexualidade situacional”. Silva, Hack e Torres (2016, p. 130) dialogam sobre o fato de que “muitas mulheres e meninas atravessam um fenômeno explícito de transformação da sua sexualidade” e que, na década de 1950, a lesbianidade na prisão era definida como uma falta grave, pois era quase que intrínseca na prisão (Silva, Hack; Torres, 2016, p. 131). O texto intitulado *Não existe cadeia humanizada*, organizado por Bruna Benevides et al. (2020), critica esse argumento dizendo que existe um imaginário comum e machista que faz com que a sociedade acredite que as mulheres que se relacionam com mulheres, no sistema prisional, o fazem por carência ou pela ausência da figura do homem. Ninguém pensa que realmente essas mulheres querem se relacionar com outras mulheres? A lesbianidade não é um fantasma que precisa ser apagado sob o argumento de ser uma situação passageira.

Trago o exemplo de quando a Suzane von Richthofen namorou Sandra Gomes, mais conhecida como “Sandrão”, tendo direito de aparecer na televisão, dando entrevista para o Gugu Liberato.<sup>12</sup> A figura de Suzane como criminosa traz pequenas fissuras nos padrões de inteligibilidade sobre crime, pois ela está dentro dos atributos predefinidos de gênero relacionados à feminilidade (Louro, 1997), além de possuir capital financeiro.

Retomo aqui excertos da entrevista proposta por Gugu Liberato, pois acredito possuir falas importantes para algumas reflexões. Nessa entrevista, Gugu questiona como Suzane se apaixonou pela Sandra, partindo do pressuposto de que Suzane nunca havia se relacionado com mulheres. A essa pergunta, Suzane responde acionando a percepção de sentimentos confusos: “Como assim, estou gostando de uma amiga? Mas peraí, eu sou heterossexual, ela é uma mulher...” Depois Gugu faz perguntas diretamente relacionadas à figura de Sandra, mulher alta, de aparência

---

<sup>12</sup> Entrevista com Suzane Richthofen. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m8zdzm3qv0i>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

alinhada ao que é considerado masculino. Nessa pergunta, o entrevistador insiste em saber coisas relacionadas à intimidade das encarceradas. Sandra responde com timidez sobre “fazer cabanas, como quando se era criança”, Suzane, no entanto, continua insistindo em falar sobre os aspectos de amizade e de cuidado entre as duas. Pode-se dizer que Richthofen foi lésbica situacional? Quando se pensa em discriminação de gênero, me parece fácil refletir sobre a Suzane<sup>13</sup> “virar celebridade”.

Então, questiono: e se Suzane fosse uma mulher negra e pobre? Não haveria holofotes sobre sua prisão e seus afetos. Menos ainda seria feito um filme contando sua história de vida. Para as mulheres negras e de classes baixas, restam as punições com isolamento e medicalização para o controle de seus corpos: “na instituição prisional o isolamento acontece em um espaço denominado por elas de tranca” (Almeida, Sandra Maciel de, 2016, p. 43), que seria um lugar para aplicar “corretivo” nas presas “desobedientes”.

Na pesquisa de Debora Diniz (2015) realizada no presídio da capital federal, o espaço para as presas desobedientes era denominado seguro. Além do seguro, existia o P-zero, que seria um lugar pior que o seguro, pois lá a presa ficaria sozinha, diferentemente do seguro em que era um espaço dividido com mais presas. Carioca mencionou que na prisão onde ficou custodiada o lugar era chamado de “buraco”.

Ainda segundo Sandra Maciel de Almeida (2016), com relação ao uso de remédios, o processo ocorre com o mesmo intuito, isto é, para conter as mulheres com comportamento nervoso ou raivoso. As práticas não mudam muito do que acontecia (e ainda acontece?) nos hospitais psiquiátricos. Foucault (2001) fala sobre a questão do monstro, que seria um fenômeno de ordem jurídica, mas também biológica, então, nesse contexto, o autor escreve: “será a violência, será a vontade de supressão pura e simples, ou serão os cuidados médicos, ou será a piedade” (Foucault, 2001, p. 70) que faz com que as práticas de “cedar” ou “dopar” as mulheres encarceradas sejam vistas como instrumentos de controle. Nas palavras de Carioca:

lá tinha uma mulher que ela era meio doidinha né, uns dizem que ela ficou assim porque ela usava droga e outros dizem que ela se fazia, tipo assim, pra ganhar as coisas... ela enfrentava os guardas... tipo assim, ia pra cima dava porrada, eles tinham que dar choque nela pra ela ficar... tipo assim, eles davam calmante pra ela tomar, pra dopar ela as vezes durante a noite. (Carioca, 2024).

---

<sup>13</sup> Entrevista com Suzane Richthofen. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m8zdzm3qv0i>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

Essa fala evidencia o tratamento dado às presas que questionam as regras no ambiente carcerário, os medicamentos ansiolíticos também são uma forma de controle generalizado dos corpos. Utilizando as mesmas táticas dos hospitais psiquiátricos, além de dopar, Carioca relata o uso do “choque” como técnica para imobilizar um corpo visto como indócil (Foucault, 2014). Sobre esse diálogo entre o exame psiquiátrico e a prisão Foucault (2001) afirma que:

tanto que às vezes os vimos dizer que um indivíduo pode muito bem ser mandado para um hospital psiquiátrico, apesar do crime que cometeu, porque, no fim das contas, a chance de sair de um hospital psiquiátrico não é maior do que a de sair de uma prisão. (Foucault, 2001, p. 40).

Carioca, em algum momento do diálogo, argumenta: “Eu acho que ela era meio doida das ideia, ali ninguém era 100%, ninguém... ninguém... e se fosse 100% depois que entrava ali ficava... enfim 50%, entendeu... perdia os parafusos...”. Olga Espinoza (2016) também fala sobre porcentagens altas de desordens mentais nas populações de mulheres encarceradas, bem como salienta sobre o alto consumo de drogas, que ela define como algo problemático. Carioca também fala sobre a medicalização dessas mulheres em condição de encarceramento: “A maioria das mulheres usavam algum tipo de medicação pra dormir, pra se acalmar... por que a maioria ou era depressiva ou ansiosa.” Sobre o uso de drogas, ela menciona que também acontecia. Com relação a um dos homens trans que era faccionado, ou seja, alinhado a alguma facção, a interlocutora comunica que “porque ele sempre tinha dinheiro pra comprar a comida dele, sempre tinha a droga dele pra ele fumar”. Como a prisão era de origem mista, havia tráfico de drogas internamente e comunicação com os presos da ala masculina.

Com relação à educação no sistema carcerário brasileiro, Sandra Maciel de Almeida (2013), em sua pesquisa, apresenta que as mulheres optavam pelo trabalho na instituição prisional, pois este auxiliaria na remição da pena, bem como gerava um capital financeiro. Então, a escola permanecia como uma atividade de segundo plano. A escola no ambiente prisional, segundo a Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011 (Brasil, 2011), também proporciona remissão de pena, mas talvez por não ter um incentivo financeiro ou não estar adequada à realidade das mulheres em situação de cárcere, elas buscam o trabalho.

Carioca falou que não podia frequentar a escola no presídio porque estava no ensino superior quando foi detida ou, nos termos utilizados por ela, quando “caiu”,

porém menciona que trabalhou naquele ambiente para remir sua pena. Sobre o trabalho, ela dialoga:

e tinha as remissões de trabalho né, que é faxina, trabalhar na cozinha dos guardas, inclusive eu trabalhei né... por um tempo, uns meses enquanto eu tava lá... pra tentar diminuir minha pena e é bem interessante é um trabalho mesmo, a gente só não ganha, e é explorado né porque você vai denunciar pra quem? ninguém... (Carioca, 2024).

Carioca relatou que trabalhava na cozinha dos guardas. Sua jornada de trabalho era longa, começando às 6 da manhã e podendo se estender até às 21 horas. E essa jornada extenuante representava o aproveitamento da mão de obra da pessoa encarcerada. Corpos individuais que “devem ser treinados, utilizados” (Foucault, 2005, p. 289). Essa exploração se baseia no pressuposto de que o Estado tem o direito de se aproveitar dos corpos sob sua tutela e de aplicar dupla punição às mulheres encarceradas.

Rosilene Amorim dos Anjos (2006) traz algumas reflexões sobre a oferta de educação formal em uma penitenciária de Florianópolis. No texto, a autora relata as dificuldades de manter a escola no ambiente prisional, seja por conta das desistências em prol do trabalho, seja pela redução dos espaços físicos onde seria alocada a escola, que eram disputados e destinados a grupos religiosos.

Os grupos religiosos são aparentemente bem aceitos nos espaços prisionais. Talvez por se ter uma ideia de que aquelas “almas” serão salvas pela oração e pela palavra, em uma expectativa de que haja uma mudança de vida. Muitas vezes, quando o Estado não chega com as políticas públicas, a igreja chega com doações, cultos e também com os outros aspectos de boa conduta relacionados à sociedade disciplinar (Foucault, 2014):

em seu trabalho de atendimento religioso às pessoas presas os/as agentes pastorais promovem um serviço de escuta e acolhimento, anunciam a Boa Nova, contribuem para o processo de iniciação à vida cristã e para a vivência dos sacramentos, e atuam no enfrentamento às violações de direitos humanos e da dignidade humana que ocorrem dentro do cárcere. (Pastoral Carcerária, 2023).

Por que a escolarização encontra entraves e a igreja possui um espaço de abertura no ambiente prisional? A igreja se estabelece como uma instituição de poder que visa “salvar” as pessoas de seus atos criminosos, vistos como pecaminosos. A

aliança do Estado com a igreja possui um domínio social e, por conta disso, a igreja possui livre acesso ao ambiente carcerário.

A pesquisa de Maria Júlia de Oliveira (2010) traz algumas questões relevantes acerca de depoimentos de mulheres egressas do sistema prisional. Apesar dos tópicos interessantes como as narrativas das próprias mulheres, a autora preocupa-se em evidenciar um aspecto salvacionista da educação, como se ela fosse uma passagem para um “futuro melhor”, para mulheres que tiveram “desvios de conduta” e “falta de referências familiares”.

Os depoimentos das ex-detentas trazem uma narrativa potente, semelhante a outras leituras. Isto é, foram feitas de mula (enganadas por um homem para carregar drogas); tem baixa escolaridade; uma das depoentes fala também sobre o “lesbianismo” ser comum no ambiente prisional e que, nesse contexto, também se envolveu com uma mulher, bem como no coral da igreja evangélica. A autora não faz análise dessa perspectiva em sua dissertação. Mas os depoimentos falam por si. Elas próprias falam que o sistema penitenciário não reeduca ninguém.

Acredito que a educação precisa ser um compromisso ético político (hooks, 2013) para a emancipação de um pensamento crítico. Mas considerando os moldes tradicionais escolares, que põem em pauta as boas condutas para as mulheres encarceradas, não considero que essa educação se dará de modo crítico ou reflexivo. Isso fica a cargo da postura da/o docente e da perspectiva pedagógica que as professoras ou professores adotam.

Para além da relação de trabalho e estudo que ocorrem nesse ambiente, Carioca relatou um dia de beleza:

Uma vez eles fizeram um dia de beleza... no dia das mulheres... e aí eles foram lá fazer hidratação... cortar unha... pintar unha... passar maquiagem, né?! E as mulheres adoraram, né?! Elas nossa, ficavam numa alegria até porque teve bolo e assim, quanto tempo que as pessoas ali não comiam bolo... eu que fiquei 6 meses já tava feliz pra caraca porque tava comendo um bolo... imagina quem já tava há mais tempo, né?! É tipo assim coisas simples assim coisas simples, ajudavam muito na auto estima delas... e a autoestima lá era algo assim crucial, né... pras mulheres, querendo ou não eu acho que só delas mexerem no cabelo... elas... se sentiam um pouco melhores... já ajudava bastante... e era muito legal porque às vezes uns guardas assim tentavam ajudar assim nos elogios ficavam assim ‘nossa tá bonita hein’ caraca gostei do cabelo... e elas ficavam toda aí você gostou e não sei o que... e ficavam todas derretidas sabe e eu achava isso muito legal. (Carioca, 2024).

Heide Ann Cerneka (2009), em seu artigo, faz uma crítica a essa questão do dia de beleza e fala também sobre o concurso de miss penitenciária. Para a autora, considerar a questão de gênero no sistema prisional significa “ir além do mero gesto de pintar os muros da unidade de cor de rosa; dizer que a mulher é mais emocional; e tornar acessíveis os remédios controlados que ajudam a dormir” (Cerneka, 2009, p. 63). E faz uma crítica também ao padrão de beleza que é circunscrito através de mulheres presentes na mídia e nas revistas, que, na maioria das vezes, não condizem com a realidade da maioria das mulheres. Para além disso, esse “dia de beleza” mencionado por Carioca, não incluiu as mulheres com performatividade masculina nem os homens trans, pois, segundo ela, “a maioria ficou nas celas”.

A autoestima e a beleza estão relacionadas aos discursos hegemônicos sobre o que é considerado bonito. Mas, segundo Carioca, esses momentos eram importantes para as mulheres encarceradas, em que, nesse ambiente, a autoestima se tornava algo fragilizado:

Outra coisa que eles compartilhavam bastante era chapinha de cabelo... meu deus... porque lá pra você mandar uma coisa de uma cela pra outra tinha que passar pelas janelas... aí ce tinha que se pendurar lá na janela e passar assim de mão em mão por uma janela até chegar onde tinha que chegar né... todo o dia era uma chapinha pra lá uma chapinha pra cá... às vezes elas nem iam sair da cela mas precisava ta com a chapinha no cabelo... (Carioca, 2024).

O cabelo liso, em detrimento do crespo, é valorizado e visto como algo “bonito”, por conta de um padrão estético atrelado à branquitude. “Dentre um dos efeitos das normas da branquitude está a concepção de que os padrões estéticos e de beleza associados às pessoas brancas seriam superiores, mais belos, mais harmônicos” (Cosmo de Souza Franceschi, Natalyta; Kerry dos Santos, Daniel, 2022, p. 4), esse pensamento está arraigado no senso comum das pessoas, e, talvez, justifique o uso constante da chapinha na cadeia em que Carioca se encontrava custodiada.

As semelhanças entre os hospitais psiquiátricos, o cárcere e a escola são explícitas. Foucault (2014) dialoga sobre isso quando fala da postura do soldado, bem como do estudante. Postura reta, posicionamento das mãos, olhar somente para o mestre e fazer o que condiz com os movimentos treinados.

E, quando refere-se à escola, qualquer movimento nesse espaço é vigiado por toda a parte. A projeção do prédio ainda possui a lógica panóptica (Foucault, 2014), apesar de algumas escolas de Educação Infantil possuírem banheiros mistos. Mas, digo

pela pequena experiência que tive como professora, na escola em que trabalhei em Florianópolis – Santa Catarina, na qual não era permitido duas crianças irem ao banheiro sozinhas, sendo designado menino ou sendo designada menina.

Retomo aqui a reflexão de Paul Preciado sobre essa questão, que dialoga sobre o banheiro ser uma fronteira de gênero. Em seu texto, Preciado (2019) pontua que os banheiros se “convertem progressivamente em cabines de vigilância de gênero” (Preciado, 2019, p. 1). Existe um temor quando dois meninos vão juntos ou quando duas meninas vão juntas ao banheiro. As crianças de 4 e 5 anos possuem uma curiosidade pelo corpo umas das outras, e os “*scripts*” de como os meninos e meninas devem performar seus gêneros estão por toda a parte (Felipe, Jane, 2006). Jane Felipe faz críticas à “pedofilização como prática social contemporânea” (Felipe, 2006, p. 9) que tem interesse e foco na manutenção do patriarcado machista, que se sente no direito de fazer comentários como:

Peguei minha filha um dia e falei que amava ela. Falava: ‘Nossa, que mulherão. Ai se eu te pego’. Ela falava: ‘Credo, pai, você já é da mamãe’. Daí dava beijo nela. ‘Um dia, ela distraiu e eu dei um beijo na boca dela. Ela disse ‘Que isso, pai?’ Eu falei assim: ‘Porque quando encontrar seu namorado, vou falar: você é o segundo. Eu já beijei’, exemplificou. (Braga, Laura, 2024).

Comentários como este, do pastor Lucinho Barreto, apenas justificam que a cultura do patriarcado e da ocultação dos temas sobre gênero e sexualidade na escola permitem que os abusadores continuem livres para estuprarem meninas e meninos jovens mais “efeminados”. Portanto, o não falar sobre sexualidade, tanto na escola quanto no sistema carcerário em geral, é uma maneira de proteger o sistema patriarcal que objetifica, da maneira que quer, corpos infantis, pré-adolescentes e de mulheres (Felipe, 2006). Segundo Dayana Brunetto e Thiago Luis Sartori (2022), o avanço do neoconservadorismo no Brasil e a preocupação com a manutenção da família tradicional atingem as discussões sobre sexualidade, favorecendo o silenciamento da temática, bem como protegendo os abusadores.

A escola foi produzida para estabelecer fronteiras entre os corpos. “Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva” (Louro, 1997, p. 57) para separar as pessoas segundo a classe e a idade. Depois, diante de processos históricos e as políticas públicas, a escola passou a receber indivíduos diversos (Louro, 1997). Essa diversidade de certo modo é tolerada, mas também precisa entrar nos moldes da escolarização, que possuem as suas próprias exigências. Essas exigências perpassam

o currículo, a linguagem que é utilizada, e a “suspeita” frente às corporalidades desviantes. Louro (1997) dá exemplo das aulas de educação física, em que não é esperado que as “meninas” tenham um bom desempenho nesse esporte. Quando esse desempenho existe, é motivo de alerta. Louro (1997) usa a palavra “homossexual”. Digo que existe o temor que a menina “vire sapatão”, problematizo a palavra “homossexual” direcionada às lésbicas, pois considerar que somos versões femininas de homens gays seria anulação das nossas especificidades enquanto lésbicas e sapatonas: “Nós lésbicas e sapatão não somos projeções de homens gays” (Brunetto; Sartori, 2023, p. 6).

Sobre as semelhanças entre o cárcere e a escola, Carioca relatou a questão dos horários e das chamadas:

não... lá tinha horário pra fazer tudo, a gente tinha uma chamada, pode chamar de chamada... todo o dia de manhã e no final da tarde a gente tinha que se apresentar, ficava cada uma de frente pra sua cela... aí ia falando os nomes e a gente tinha que dizer que tava ali... é... tinham regras é... que precisavam ser seguidas... é... se você fizesse alguma coisa ruim você iria pra direção, que era pra salinha ali das guardas pra trocar uma ideia... pra tentar entender o que tava acontecendo... é o lugar cheio de pessoas diferentes de você... é... todas querendo ir embora (risos) a maioria não tá ali por que quer, mas de forma forçada, né?! Porque nem a escola... hoje em dia se você for conversar com um adolescente, se você for perguntar por que que ele vai pra escola, ele vai dizer que é por que tem que ir... é muito difícil você falar com alguém e a pessoa falar não, é porque eu quero um futuro melhor e quero aprender... acho que é isso que eu consigo lembrar... regras... horários... disciplina... é cobrada uma certa postura... tem o momento de recreação... e só que eu consigo pensar agora... O momento de recreação era 1 hora... a gente tinha uma hora pra ficar lá... aí era uma hora do lado A e uma hora do lado B (as mulheres eram divididas em alas, em lados distintos). (Carioca, 2024).

Os corpos sentenciados são também “escolarizados” nas dinâmicas do âmbito carcerário considerando o viés da disciplina, em que “se prolonga em silêncio o automatismo dos hábitos” (Foucault, 2014, p. 133) e se convertem em práticas de assujeitamento, nas quais a própria pessoa molda-se às tecnologias disciplinares. Assim, o corpo torna-se “objeto e alvo do poder” (Foucault, 2014, p. 134) até que se torne concebível e assujeitado pelo ambiente que busca submetê-lo. Foucault (2014) fala sobre sujeição de um corpo individual através do binômio docilidade-utilidade, *locus* onde se estabelecem as disciplinas.

Sobre os aprendizados considerados informais, Carioca mencionou:

Ah, muita coisa, assim, pelo menos eu, não teria como não aprender nada com elas ali no dia a dia, né?! Porque querendo ou não, é um lugar assim, que tem muita informação, e aí cada um tem uma história pessoal, independente do que a pessoa tenha feito, né?! Eu não tava ali pra julgar ninguém, até porque eu

tava ali também, né... mas pra ouvir e aprender o que cada um tinha pra me passar. Eu também observava muito as situações e deu pra aprender bastante coisa. (Carioca, 2024).

Através das análises propostas por Maria da Glória Gohn (2006), entende-se a educação informal como processos de aprendizagens que se constituem em ambientes de socialização “na família, bairro, clube, amigos etc.” (Gohn, 2006, p. 3). Já a educação não formal, situa-se na relação com as trajetórias das pessoas em espaços sociais em que ocorrem processos de interação intencionais.

O cárcere realmente ensina? Ou as aprendizagens se dão pela interação e diálogo com outras pessoas que estão compartilhando o mesmo espaço? Acredito que é possível falar sobre o que Jorge Larrosa Bondía (2002) afirma em seu texto sobre os saberes da experiência. Quando Carioca menciona as histórias pessoais de suas colegas de cárcere, vai ao encontro do que Bondía (2002, p. 24) percebe como “escutar aos outros, cultivar a arte do encontro”, ainda que em um espaço limitado e punitivo. Carioca também menciona momentos tidos por ela como alegres e divertidos:

um lugar muito triste, mas às vezes alegre, né?! É meio estranho falar isso, mas às vezes, as meninas se divertiam, tipo assim, iam pro pátio, e aí tinha uma bola né, eles disponibilizavam bola de futebol, baralho, essas coisas... aí a gente ia lá, jogava bola... tomava banho de chuva... no verão tinha uma torneira lá fora, a gente ficava tomando banho de balde... então as meninas assim, tentavam agir de uma forma que deixasse o ambiente mais leve, né?! Porque querendo ou não tudo o que tiver ali pra distrair a nossa mente é muito bem-vindo. (Carioca, 2024).

Por mais que essas mulheres estivessem em um ambiente opressivo e de controle, havia possibilidades de “resistências plurais” (Foucault, 2014, p. 104) que ocorrem em lugares onde o poder está instaurado. Não há como desviar ou fugir das relações de poder, pois são espalhadas como uma rede, mas existem as estratégias de pequenas transgressões por parte dessas sujeitas, que, mesmo sob o controle do Estado, ainda encontravam estreitos momentos de diversão, que, na visão de Carioca, eram “às vezes alegre”.

No próximo capítulo, realizei um levantamento teórico sobre as questões de gênero e sexualidade presentes neste trabalho. Falo da construção discursiva do gênero com base em Judith Butler (2015), Foucault (2014) e Guacira Louro (1997), e busco dialogar também com a questão das lesbianidades frente a essas teorizações.

## 4 GÊNERO, LESBIANIDADES E SAPATONICES: ALGUMAS TEORIZAÇÕES

Neste capítulo, trago um diálogo com parte das teorizações que atravessam este trabalho. Guacira Louro (2007) fala que a tarefa de conhecer é inconclusa e sem fim. Penso também que o ato de traçar uma conversa com as teorizações e estudos está imbricado nesse processo de inconclusão e imperfeição. Assim, optei por traçar esse diálogo com autoras e autores situadas/os nos estudos feministas e lesbofeministas, teorizações pós-estruturalistas e *queer*.

A partir dessas teorizações, problematizo as categorias de gênero e sexualidade fixadas como norma regulatória nesta sociedade. Com Foucault (2008; 2014), é possível pensar sobre a norma como um efeito de poder e produção dos dispositivos disciplinares, tendo como função definir, hierarquizar e controlar todos os corpos, inclusive aqueles que, muitas vezes, não se adaptam às múltiplas formas de domesticação orquestradas. Guacira Louro (2016, p. 84) diz que “as normas regulatórias voltam-se para os corpos para indicar-lhes limites de sanidade, de legitimidade, de moralidade ou de coerência”. Portanto, os corpos que não se enquadram nessa coerência, – os corpos sapatônicos – estão localizados no que é considerado desvio, patologia, imoralidade, aberração, monstrosidade, não naturalidade.

Louro (2007) discute ainda sobre a necessidade de localizar questões de gênero e sexualidade em um tempo histórico e cultural. As diferenças binárias que produziram o que se conhece como homem e mulher são aspectos sócio-históricos, ou seja, delimitados pela linguagem e por códigos que determinada sociedade adota e designa como norma regulatória. A autora argumenta que as noções da linguagem e da cultura promovem e materializam o corpo generificado. Para ela: “as características físicas passaram a ser tomadas como fonte ou a origem das distinções” (Louro, 2007, p. 208) nos aspectos contemporâneos e ocidentais.

Paul Preciado (2022) demonstra que o sistema sexo/gênero se dá em um local de bioescritura e que, a partir disso, são construídas as noções de homem e mulher. Esse sistema toma como base as diferenças genitais e registra nos corpos as funções sociais a serem desempenhadas socialmente. Para o autor, essas categorias são: “um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos” (Preciado, 2022, p. 37) que sustentam, autorizam e fazem funcionar os sistemas de opressão e exploração do

gênero denominado masculino sobre o feminino. A sentença do gênero nos corpos é um processo produzido e estabelecido como “pré-discursivo” (Butler, 2015, p. 20). Ou seja, produzido com a intencionalidade de afirmar e difundir a ideia de que as designadas diferenças sexuais são um efeito exclusivo da natureza e da biologia dos corpos, e que “sempre foi assim” e, portanto, não podem e nem devem ser questionadas ou transgredidas.

Mas, afinal, o que a biologia explica sobre os corpos? O que ela diz sobre as diferenças fisiológicas? Órgãos... tecidos... pele. Penso que ela explica alguma coisa, mas não tudo. Foucault (2017) fala sobre os discursos de verdade, e a respeito de como esses discursos adquirem *status* de “verdade”. Nós, sapatônicas, somos mais complexas do que esse “sistema bio” ou “cultural” pode explicar. As feminilidades lésbicas, ou como em certos locais se atribuem as nomenclaturas “*lady*” ou “sandalinha” (Soares, Gilberta Santos, 2016), são múltiplas e se distanciam em vários aspectos de uma feminilidade ditada pelo patriarcado machista (Brunetto, 2021). Isto é, por mais que se utilize vestido, batom, saia e todos esses artefatos culturais (Andrade, Paula Deporte, 2017), essa parafernália produzida para ser considerada como “coisas de mulher”, ainda assim, é uma feminilidade contra-hegemônica, pois não está disponível para nenhum homem.

Ao pensar nas teorizações de Judith Butler (2015), é possível entender que o gênero não está atrelado somente à cultura, e o “sexo”, por sua vez, ao que se considera biológico. Essa categoria “sexo”, para a autora, “é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas” (Butler, 2015, p. 110). Tais práticas se fixam e produzem as corporalidades desejadas pela sociedade normativa e hierarquizada e, também os corpos, práticas e experiências indesejáveis.

Assim, nessa perspectiva, a categoria “sexo”, que geralmente é vinculada a uma natureza, por ser interpretada como uma produção sobre o corpo, se desestabiliza, uma vez que esse processo é de ordem discursiva e regulatória. Para Butler (2015), tanto o sexo quanto o gênero são efeitos de uma construção sobre o corpo que designa as intituladas diferenças sexuais, reafirmadas compulsória e continuamente pelas diversas instituições sociais. Portanto, dizer que o sexo é uma determinação biológica e o gênero é um artefato cultural (Paraíso, Marluicy Alves, 2012), sobre uma corporalidade “neutra”, apenas mantém ocultas as relações de poder que produzem e formulam a ideia imposta do sexo como anterior aos processos culturais.

Nas palavras da autora:

não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo. (Butler, 2015, p. 29).

Os enunciados que marcam o gênero são postos em palavras anteriormente ao nascimento da/o sujeita/o. O chamado “chá revelação”, popularizado nos últimos anos, possui um arsenal de linguagens com o intuito de “revelar” o possível “sexo” da criança. Através das cores demarcadas no “azul” e “rosa” e dos rituais com balões e fogos de artifício nessas mesmas cores, o que se chama de sexo expõe o gênero, com as expectativas sociais atreladas às masculinidades e feminilidades. Para Butler (2018), o gênero é performativo, pois:

ele é um certo tipo de representação; o ‘aparecimento’ do gênero é frequentemente confundido com um sinal de sua verdade interna ou inerente; o gênero é induzido por normas obrigatórias que exigem que nos tornemos um gênero ou outro (geralmente dentro de um enquadramento estritamente binário); a reprodução do gênero é, portanto, sempre uma negociação com o poder. (Butler, 2018, p. 40).

Com o intuito de “garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos – continuados, reiterativos, repetidos” (Louro, 2016, p. 84) – que também são reproduzidos e reinventados pelas instituições sociais e culturais. Investimentos que perpassam os discursos escolares, religiosos, científicos, midiáticos, entre outros, a fim de regular os corpos, práticas e experiências pelas normas regulatórias que produzem o gênero e a sexualidade.

O discurso se mantém pretensamente firme, e repetitivo. Foucault (1996) demonstra que o discurso não é apenas uma tradução dos sistemas de dominação vigentes, mas é um sistema de poder que as/os sujeitas/os procuram disputar a fim de capturar o seu domínio. Esse poder é proveniente de vários lugares e procura intensificar seus métodos e mecanismos de ação. Apesar da categoria que designa o intitulado “sexo biológico” se impor por afirmações compulsórias e reiteradas, provenientes de diferentes instituições de exercício do poder, os corpos não são totalmente condescendentes a essa forçosa materialidade (Butler, 2000).

O corpo é um local de investimento político no qual as relações de poder envolvem e agem diretamente, “impondo limitações, proibições ou obrigações” (Foucault, 2014, p. 134). Essas relações de poder “o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (Foucault, 2014, p. 29). Sinais que podem equivocadamente ser tomados numa primeira mirada como repressivos, porém são, ao contrário, produtivos e passíveis de transgressão.

Os investimentos disciplinares nos corpos produzem a norma regulatória e nas fissuras dela se produzem também as multiplicidades de corpos, práticas e experiências. Para Butler (2019), os discursos regulatórios traçam objetivos cujos deslocamentos e desdobramentos nem sempre são previstos. E, a partir disso, são desenhados caminhos para modos de vida em gênero e sexualidade que desafiam o domínio das normas regulatórias. Entretanto, esses processos não se dão no campo de uma suposta consciência e nem são tão racionais como se pode pensar.

Esse desafio referente às normas se dá nas rupturas do “enredo” predeterminado e esperado pelos investimentos disciplinares que nos constituem. O que é esperado se materializa a partir da referência branca, masculina, heterossexual, de classe média, cristã, jovem, urbano e sem deficiência. Nesse processo é que as múltiplas formas de viver e experienciar o gênero e as sexualidades são colocadas no lugar de “outras”. Guacira Louro (2013) escreve sobre a formação das fronteiras que se estabelecem entre o sujeito que não precisa ser nomeado, pois se tornou referência nos processos discursivos e culturais constituintes das identidades, e aquela/e que se fabrica nas fissuras das normas regulatórias. Esta/e última/o é nomeada/o a todo instante uma vez que se constitui em dissidência da norma. Para a autora, as fronteiras se dão pelo caráter construído e fictício de uma identidade que se coloca como central.

As identidades impostas como centrais estão sendo questionadas, nomeadas e problematizadas. Os considerados “outros” que se fabricam nas fronteiras estão defendendo suas existências nesse lugar. Tais sujeitos desviam, escapam e criam estratégias de ser, representar e “não tomar por garantida a existência natural da masculinidade e da feminilidade” (Preciado, 2022, p. 280). Para isso, realizam uma reapropriação dos dispositivos de gênero, mostrando que essa estrutura não é fixa. “O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros.” (Preciado, 2011, p. 14).

Foucault (2005) fala sobre o biopoder como uma técnica, geralmente, imposta nas corporalidades individuais.

Paul Preciado (2022) menciona que os próprios órgãos sexuais colocados como naturais inexistem, pois estão dentro de uma tecnologia em que o contexto para o uso desses órgãos já está prescrito. Para o autor, essa arquitetura é considerada política, pois já está desenhada e imposta nas e pelas tramas de poder.

A partir dessas análises, é possível compreender a possibilidade das reformulações para além da binariedade imposta pelas categorias “homem” e “mulher”. As teorizações de Berenice Bento (2008) problematizam que o sistema binário, que sustenta os polos masculino *versus* feminino, segue produzindo e reproduzindo uma concepção em que o gênero precisa espelhar o sexo designado compulsoriamente ao nascimento, em geral pelo olhar médico para a genitália.

O olhar médico se dá através de uma enunciação que se impõe a partir do genital visível, para designar se a criança é menino ou menina. “E mesmo que o enunciado deles não seja audível por causa do barulho, o quadrado que marcam certamente está legível nos documentos legais que são registrados pelo Estado” (Butler, 2018, p. 35). Porém, existem corporalidades que se produzem a partir do distanciamento dessa designação médica e legal.

O conceito de cisgeneridade, elaborado por pesquisadoras transfeministas, expõe os aspectos fictícios e construídos do que é considerado como identidade central. Para além de dizer sobre as pessoas que não se identificam com o gênero imposto pelo olhar médico (Jesus, Jaqueline Gomes, 2012), esse conceito problematiza a fixação do que se atribui como natural e biológico. De acordo com Letícia Nascimento (2021), o termo “cis” se propõe a “desafinar o coro daqueles que contentemente acreditam que seus gêneros são naturais, afirmando a artificialidade de produção de todas as corporalidades e subjetividades” (Nascimento, 2018, p. 101).

A subjetividade, segundo Foucault, diz respeito aos modos de vida das pessoas. Ela atravessa os indivíduos e os constitui através do corpo e das práticas de si, que estão também em intercâmbio e diálogo com os dispositivos disciplinares. A sociedade disciplinar dispõe de vários métodos para inscrever nas pessoas os modos de subjetivação considerados propícios e coerentes às normas. Pensando com Foucault (2017), a subjetividade perpassa também pelos processos de sujeição que são impostos e se articulam como tecnologias que buscam, entre outras coisas, normalizar as singularidades das pessoas. Essa normalização se dá através de múltiplas

vigilâncias que buscam ordenar e qualificar os modos de vida, envolvendo uma análise controlada “do tempo, dos gestos, das forças dos corpos...” (Foucault, 2014, p. 213) no âmbito das relações de poder. Porém, a subjetividade vai além dos limites rígidos de sujeição impostos e regulamentados por um aspecto supostamente repressivo da sociedade disciplinar.

Os modos de subjetivação são múltiplos e plurais. Podem ocorrer de várias maneiras. Ao trazer e analisar a perspectiva dos filósofos gregos, Foucault compara o conceito de subjetividade com a noção de “*bios*”, que corresponde à vida, mas não uma vida pensada pela perspectiva biológica. A ideia de “*bios*” “define-se pelo que desejamos, pelo que queremos fazer, pelo que procuramos” (Foucault, 2016, p. 226), e também está atrelada à relação que o indivíduo estabelece consigo mesmo, com seus próprios desejos, com os outros e com as normas regulatórias.

A governamentalidade, para Foucault (1993), dá-se por meio de práticas diversas na qual existe uma arte de governar. Essa arte de governar é proveniente do Estado, que vai gerir a população em suas formas de vida, tanto individuais quanto coletivas. Portanto, trata-se de um:

conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (Foucault, 1993, p. 171).

As maneiras de viver o gênero e a sexualidade também constituem a subjetividade, pois também estão, de alguma maneira, relacionadas a “*bios*”. Os dispositivos que atuam sobre os corpos para inscreverem concepções de verdades tidas como “naturais” e “biológicas” não conseguem realizar uma sujeição completa dos corpos diante dessa perspectiva. Isto é, a subjetividade se elabora também nas fissuras das normas, sendo constituída pelas tecnologias de si.

Foucault (2004) fala sobre as tecnologias que as pessoas utilizam para articular ideias sobre si mesmas. Os medos, os sistema de signos, que dizem sobre os símbolos e sentidos que são utilizados para trazer significados sobre algo. E ainda as tecnologias de si, que, de maneira mais ampla, se referem a “um certo número de operações” que as pessoas desenvolvem “em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modos de ser” (Foucault, 2004, p. 323). A construção da subjetividade se dá de maneira intrincada a todas essas tecnologias, que vão constituir as atitudes e os modos de vida.

Na próxima seção, me aprofundo nas discussões sobre lesbianidade através da perspectiva de Adrienne Rich (2010), Monique Wittig (2022) e Dayana Brunetto (2021) e também trago análises dos diálogos com o campo de pesquisa. Discuto sobre a produção da heterossexualidade inventada, produzida e incutida como norma regulatória para os corpos de lésbicas e sapatão.

#### 4.1 LESBIANIDADES E OS IDEAIS DA HETEROSSEXUALIDADE

Neste tópico, dialogo sobre a produção da heterossexualidade como norma difundida amplamente na nossa sociedade. Através dessa produção, as sexualidades dissidentes foram colocadas em um espaço de “anomalia”. A partir das autoras lesbofeministas, realizo uma discussão sobre as existências lésbicas diante das práticas compulsórias que reiteram a heterossexualidade como “destino” para pessoas designadas como meninas e mulheres, compulsoriamente no nascimento. Nesta seção, também trago algumas falas das pesquisadoras que compõem o grupo LES, e excertos dos relatos de Carioca.

O dispositivo, para Foucault (2010), seria uma fusão de elementos discursivos e não discursivos que buscam nomear alguma atitude específica. Já o dispositivo da sexualidade promove uma vontade de saber sobre o silêncio com relação ao corpo e aos discursos produzidos sobre ele. Se configura de uma forma complexa, atrelada às relações de poder, que são sumariamente discursivas e funcionam de um modo “espalhado”, pois estão capilarizadas por vários setores da sociedade, “podendo chegar às mais tênues e mais individuais das condutas” (Foucault, 2017, p. 17). A partir dessa rede, existe uma necessidade de que se fale sobre o sexo e a sexualidade, uma incitação a esses discursos, que se dá inicialmente nos confessionários religiosos, até envolver toda a população, pois se tornou necessário “analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos” (Foucault, 2017, p. 29). Sobre o sexo e a sexualidade se organizam saberes que tomam conta da medicina e também dos bancos escolares. Houve um movimento de racionalização do sexo, em que foram coletados e acumulados saberes e discursos sobre ele, visando também impor nas sociedades o que era lícito, bem como ilícito, com relação às práticas sexuais e às maneiras de vivenciá-las.

Foucault (2017, p. 72) também argumenta que é comum “em muitas sociedades, que as regras de conduta sexual variem segundo a idade, o sexo e a condição dos

indivíduos”. Portanto, desde a Grécia antiga até a moral cristã, existem modificações, curiosidades e novas reformulações sobre uma “pseudo” liberdade sexual.

Essa relação de liberdade simulada e interdição, que o funcionamento do poder impôs ao sexo, faz funcionar um sistema de dupla constituição colocando-o em discurso em alguns locais e por algumas pessoas e censurando e silenciando outros. Para o autor: “afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista. Formas aparentemente difíceis de conciliar” (Foucault, 2014, p. 92). A partir dessa difícil conciliação, as pessoas são compelidas a se ajustarem a todo um processo de disciplinarização e obediências.

No diálogo inicial com uma das pesquisadoras do LES, surgiu a seguinte conversa: “a gente que é sapatão tem referências peculiares” (Naiade, 2024). Após algumas semanas, pedi explicação dessas referências e a pesquisadora comunicou que estariam mais alinhadas a uma relação de “vivências peculiares de ser lésbicas, as vivências que lésbicas geralmente experimentam por serem lésbicas” (Naiade, 2024). Penso que essas referências são de dores e amores. Quando Foucault (2017) fala sobre o uso dos prazeres e faz um resgate desde a “moral” não tão moralizante grega em associação com a moral cristã que, juntas, traçavam uma linha tênue entre punição, sexo grupal e castidade, me impele a refletir sobre questões interessantes.

Então, a partir disso penso, quem transava na Grécia antiga? Os homens perambulavam como Sócrates encantando as multidões de “discípulos amados”. Retomo, então, a existência de Safo, da ilha de Lesbos. As lésbicas, acredito sem poder afirmar nada, realizavam os mesmos encantamentos e trocas de vínculos e fluidos. Segundo as pesquisadoras/ativistas Dayana Brunetto e Léo Ribas, não podemos:

deixar de ressaltar as anteriores, que se desdobraram, em alguma medida, da experiência da poetisa grega Safo (625? – 580? a.C.), da ilha de Lesbos, situada no Mediterrâneo, no litoral da atual Turquia, que ainda hoje inspiram muitos estudos, ensaios e produções de conhecimento nas mais variadas áreas. (Brunetto; Ribas, 2021).

Nesse sentido, Foucault (1988, p. 112) afirma que: “Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.”

Uma das estratégias refere-se à invenção de uma sexualidade entendida como desviante ou patológica, em detrimento de outra, tida como “normal”. O sujeito

homossexual passou por processos de criação e categorização a partir de uma construção histórica e intencional, atravessada por um discurso envolvendo categorias de saber médico, psicológico e psiquiátrico (Foucault, 1988; 2001). A partir disso, a pessoa homossexual passou a ser considerada como “um invertido sexual” (Brunetto, 2010, p. 66) e inserida em uma condição de anormalidade. Para Foucault (2017), o sujeito homossexual teve origem no artigo de um discurso do médico chamado Westphal, em que ele pontua sobre “as sensações sexuais contrárias” (Foucault, 2017, p. 50), o que tornou o homossexual uma espécie.

Margareth Rago (2020), em diálogo com Foucault, retoma alguns aspectos que formularam a patologização da homossexualidade. A autora fala sobre as mudanças na sociedade, especificamente as ocorridas no século XIX, com a ascensão da sociedade burguesa no período conhecido como modernidade. A partir desse momento histórico, o discurso médico “marcadamente misógino e autoritário” (Rago, 2020, p. 14) passou a demarcar os modos de categorização e exclusão. Para a autora ainda:

é nesse contexto que a partilha entre heterossexuais e homossexuais assume destaque fundamental na definição do normal e do anormal ou patológico, produzindo a exclusão da cidadania e dos direitos universais de parcela considerável da população... (Rago, 2020, p. 15).

É nesse contexto histórico também que a heterossexualidade se institui, adquire um *status* de “verdade” e produz efeitos de poder específicos. Esses discursos de verdade se configuram a partir das instituições avalizadas pela sociedade para produzir saberes que, posteriormente, serão assimilados socialmente e vistos como corretos, considerados imprescindíveis. Discursos pensados e instituídos por pessoas tidas como qualificadas no âmbito das instituições “científicas” da época (Foucault, 2001) que terminam por justificar e fixar uma rede de conhecimentos impostos e, posteriormente, difundidos e inculcados como “verdade” absoluta. “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João, Capítulo 8, Versículo 32), frase bíblica evocada em vários discursos para argumentar e, talvez, também tentar comprovar que a heterossexualidade é uma certeza inabalável.

Foucault (2010) discute que a verdade se institui neste mundo através de práticas reiterativas e coercitivas. Cito o exemplo do filme *Benedetta*<sup>14</sup>, que conta a história baseada em fatos reais da freira Benedetta Carlini, que durante o filme se

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DTL79rsueXk>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

apresenta como uma personagem ambígua, pois, por um lado sempre foi devota à Virgem Maria, mas, por outro, tinha um relacionamento secreto com sua noviça. O filme é produzido pelo diretor Paul Verhoeven e demonstra as práticas afetivas e sensuais entre as freiras que estão em constante atravessamento de toque, excitação física e punições corporais referentes aos desejos da “carne” (Foucault, 2017, p. 48). Sobre esse aspecto, Foucault (2017) menciona uma resistência no sentido de contenção do desejo ou “continência” (Foucault, 2017, p. 78) que seria um exercício de dominação de si. Caso não funcione, dentro da moral cristã, existiam várias formas de punição para a manutenção da castidade. Foucault (2017), em suas pesquisas sobre as produções dos filósofos gregos, fala sobre *enkrateia*, que seria essa luta entre abstinência pela dominação dos desejos para finalidades específicas.

Quando Foucault (2017) argumenta sobre as práticas de si, ele traça uma linha muito próxima que, talvez, “equilibra” a moral cristã e a da Grécia antiga com relação à rigidez das práticas sexuais, o que dialoga, de certa forma, com as referências que possuo. Sempre sobre Mulheres. O filme *Fear Street 1966*,<sup>15</sup> que faz parte de uma trilogia produzida por Leigh Janiak e pensada pelo diretor R. L. Stine, demonstra uma perseguição a um casal de mulheres, pois uma delas estava sendo acusada de bruxaria, por ter “transado com o diabo”. Para pôr fim à maldição foi preciso que a intitulada “bruxa” concordasse com o pacto, para livrar sua namorada, ou sua “flerte” da morte por enforcamento.

Ainda segundo a autora Margareth Rago (2020), as narrativas da heterossexualidade são ficcionais e atuam como a única referência sexual aceitável, considerada como apropriada e natural. Esses símbolos que são hegemônicos e morais:

Tem efeitos devastadores sobre o corpo e a psique de todos e de todas. Devastadores, pois trata-se de imposição de interpretações morais ditas como únicas válidas para toda a humanidade, desde sempre, que escondem sua face ficcional, excludente, autoritária e sobretudo classista. Acima de tudo, considerando as relações de saber-poder que as constituem, essas narrativas visam ao enquadramento de cada um e de todos em identidades sexuais naturalizadas. (Rago, 2020, p. 13).

As pesquisadoras e teóricas lesbofeministas Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig (2022) entendem a heterossexualidade como uma exigência compulsória da sociedade. A autora Adrienne Rich (2010) faz uma crítica às teorizações feministas da

---

<sup>15</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_Gpo5rD\\_nfo](https://www.youtube.com/watch?v=_Gpo5rD_nfo)>. Acesso em: 10 jun. 2024.

época que não realizavam uma problematização sobre a heterossexualidade como um sistema de poder e dominação especialmente direcionado às mulheres.

Quando fiz as perguntas iniciais para as pesquisadoras que compõem o LES, que estavam relacionadas ao que inicialmente mobilizou a articulação do grupo de pesquisa, as expressões como “pertencimento” e “encontrar identificação” foram ditas com determinada frequência. Rich (2010) fala sobre o sistema heterossexual como uma instituição política, que convence sobre a orientação sexual voltada aos homens como parte integrante e inevitável da vida das mulheres, sendo “algo que tem sido imposto, administrado, propagandeado e mantido por força” (Rich, 2010, p. 35), se utilizando de uma pretensa “origem” localizada na biologia.

Adrienne Rich (2010) faz primeiramente essa análise dos sistemas heterossexuais e estende o diálogo para pensar sobre a existência lésbica. A autora faz uma reflexão sobre essa vivência ser distinta da homossexualidade masculina por apresentar certas singularidades. Rich (2010), então, discute sobre o *continuum* lésbico, que se refere a um processo possível de identificação entre mulheres, que compartilham as paixões, os afetos, o companheirismo e a cumplicidade cotidiana.

Esse companheirismo cotidiano, penso que não está atrelado somente aos afetos sensuais, sexuais ou mesmo românticos. Muitas vezes, uma mensagem como “te amo, estou com saudades” basta para darmos a progressão necessária ao *continuum* de Rich (2010). Carioca menciona em sua entrevista sobre um casal que ela observou se formar no ambiente prisional:

ela se juntou com uma mulher lésbica que tinha lá era desfem... tinha o cabelo bem curtinho e tal, se vestia de uma forma mais masculina... e... ela se juntou com ela e ela tava contando a história dela lá... dizendo que ela se descobriu ali com essa garota, ela acabou se apaixonando por ela... e aí decidiu né, engatar nesse romance com ela... mas elas engataram ali um romance onde uma cuidava da outra... não tinham muitas condições mas o que tinham assim, se ajudavam, né... (Carioca, 2024).

A interlocutora fala sobre a anunciação de sua colega encarcerada como mulher bissexual e também a respeito das práticas de cuidado que uma tinha pela outra. O *continuum* lésbico atrelado ao cuidado mútuo também está presente no ambiente prisional, e acredito que o afeto e o amor comonham práticas de resistência (Foucault, 2017), o que faz com que o ambiente opressivo se torne “tolerável”.

Monique Wittig (2022) traz um diálogo sobre a heterossexualidade como um sistema político de dominação social com pretensões de universalidade. A autora

discute sobre o pensamento hétero problematizando seu caráter discursivo que, para ela, é opressivo, pois assume um lugar de “verdade absoluta” (Foucault, 2017). Segundo a autora, isso dificulta ou até mesmo pode impedir que mulheres, lésbicas e sapatão, e homens gays falem de suas existências e criem suas próprias categorias:

Só tenho a sublinhar o caráter opressor de que o pensamento hétero se reveste em sua tendência de universalizar imediatamente sua produção de conceitos e torná-los leis gerais que seriam verdadeiras para todas as sociedades, todas as épocas, todos os indivíduos. (Wittig, 2022, p. 62).

Monique Wittig desloca a compreensão da lesbianidade para outro campo de análise. Antes de encerrar o seu ensaio intitulado *O pensamento hétero*, a autora diz que “as lésbicas não são mulheres” (Wittig, 2022, p. 67). Essa afirmação foi produzida, segundo a autora, como uma crítica às feministas da época que não consideravam as lesbianidades em suas reivindicações.

A autora explicita que “mulher” só faz sentido no âmbito dos “sistemas heterossexuais do pensamento e nos sistemas econômicos heterossexuais” (Wittig, 2022, p. 67). A heterossexualidade, para Wittig, é um sistema que, através dos seus discursos de poder, faz com que as categorias “homem” e “mulher” adquiram um significado singular. A lésbica e a sapatão, por escaparem dessa relação, são consideradas “foragidas da classe” (Wittig, 2022, p. 54), pois se desviam de parte fundamental da constituição de um discurso que formula e materializa a categoria “mulher”.

Ao optar por dialogar com algumas teorizações sobre lesbianidades, não pretendi aqui homogeneizar essas corporalidades. É possível falar de uma multiplicidade de corpos, práticas e experiências que se localizam para além da definição de “mulheres que se relacionam com ou que amam outras mulheres”. Essas vivências se passam em contextos específicos e diversos, e são atravessadas pelos aspectos de territorialidade, raça/cor, classe social, deficiência, idade, gênero, entre outros marcadores sociais.

A heterossexualidade é tomada aqui como uma instituição política a ser desestabilizada pelos corpos, práticas e experiências lésbicas (Brunetto, 2021). A matriz heterossexual produz e faz funcionar padrões a serem seguidos. No entanto, simultaneamente “fornece pauta para as transgressões” (Louro, 2016, p. 17). As

foragidas da classe são essas sujeitas que, em algum momento de suas vidas, não se identificaram com a possibilidade de construir afetos com pessoas do gênero masculino.

Atravessar as fronteiras da heterossexualidade compulsória e se colocar no mundo como “foragida da classe” produz uma ruptura nos discursos hegemônicos sobre a sexualidade “natural”. Louro (2016) argumenta que existe um trabalho pedagógico contínuo e extenuante para impor nos corpos o gênero e a sexualidade tidos como legítimos – o binário e a heterossexualidade –, e isso não se dá de uma maneira “livre de constrangimentos” (Louro, 2016, p. 17), pois, muitas vezes, tais corpos são expostos a situações de violências.

Uma das violências produzidas intencionalmente diz respeito à questão da anulação das lesbianidades. Essa anulação, mais intensa do que a invisibilidade, pode ser atribuída a diversos fatores, entre eles, “a misoginia, o machismo, a socialização destinada a esses corpos numa sociedade que funciona por uma moralidade judaico-cristã” (Brunetto; Ribas, 2021, p. 68) e, também, a não disponibilidade para os usos e prazeres masculinos, o que é uma afronta às masculinidades hegemônicas, que, para Raewyn Connell e James W. Messerschmidt (2013), são as socialmente mais atreladas a autoridade e poder social, e estão na centralidade discursiva como modelo a ser seguido, ou seja, as masculinidades brancas, heterossexuais e cisgêneras.

A existência lésbica traz um questionamento às normas de gênero e sexualidade. Uma das formas desse questionamento se dá por meio de uma ruptura na expressão de gênero esperada pela sociedade para pessoas designadas mulheres ao nascimento, através do afastamento de uma feminilidade tida como padrão na sociedade. A expressão de gênero diz sobre a maneira como a pessoa se apresenta socialmente em termos de gênero. Para Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 24), consiste na “forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento” (Jesus, 2012, p. 24) condizente ou não com o gênero imposto pelo discurso médico.

Para Simone Brandão Souza (2018), essa feminilidade padrão possui referências atreladas à branquitude, que, conforme problematiza Cida Bento (2022), se trata de um pacto para assegurar o lugar do privilégio branco. Desse modo, essas referências de feminilidade são “machistas, pois para além da exigência de que as mulheres sejam femininas, cultuam-se padrões estéticos de beleza branca, corpo magro, cabelos lisos e compridos...” (Souza, 2018, p. 225). A autora problematiza ainda que esses modelos excluem as mulheres negras, pois se fundamentam em um pensamento racista. A maioria das mulheres negras também não se encaixa nesses

atributos, uma vez que suas constituições fenotípicas não raras vezes são classificadas pelo racismo como “menos femininas”. Essa classificação se apoia na suposta falta de delicadeza dos traços físicos de pessoas negras (Souza, 2018).

Entre os corpos que contrariam essas expectativas de feminilidade, é possível pensar na categoria “sapatão” como um lugar de deslocamento e afronta. A palavra “sapatão” no Brasil, desde meados da década de 1970, foi proferida como ofensa, deboche e estigmatização. Ainda é possível identificar esses usos na sociedade brasileira atual. Entretanto, a alcunha sapatão passou por processos de resignificação e reapropriação que ocorreram no âmbito dos movimentos sociais e políticos das lesbianidades (Brunetto, 2021), mas não só, passando a ser um termo utilizado como autoidentificação, autoafirmação, orgulho e resistência às normas de gênero e sexualidade vigentes na sociedade.

O processo de resignificação dos insultos direcionados aos corpos dissidentes teve visibilidade e ênfase através do movimento estadunidense *queer/cuir*. Esse movimento de cunho político se configura a partir de uma convergência de sujeitas/os que faziam parte dos grupos de liberação gays e lésbicos, e começaram a tensionar concepções relacionadas a uma fixação da identidade sexual. Essas/es sujeitas/os possuíam o intuito de questionar as normas heterossexuais e o binarismo de gênero que impõem as categorias “homem” e “mulher” como estáveis (Preciado, 2011). A perspectiva *cuir* problematiza, por sua vez, a branquitude e elitismo do *queer*, uma vez que essa perspectiva não insere raça/cor nas suas preocupações e produções. O *cuir*, segundo Sayak Valencia (2023), é uma problematização relacionada à linguagem e “utilizada como uma nova forma de escritura, que busca criar múltiplas ferramentas de agenciamento por meio de políticas linguísticas que reflitam o interesse coletivo de uma geopolítica do Sul” (Valencia, Sayak, 2023, p. 30). Para a autora, o *cuir* vem a ser uma crítica à apropriação que fazemos dos termos pensados pela elite do considerado “primeiro mundo”:

O deslocamento *cuir* também nos fala de um conteúdo geopolítico e de uma crítica radical não só das periferias sexuais, mas também das periferias econômicas, raciais, de gênero, da diversidade corporal e funcional, que já não são mais premissas deslocadas, mas enclaves fundamentais na conformação de políticas de resistência interseccional. (Valencia, 2023, p. 31).

Ao questionar as pesquisadoras do LES sobre a constituição do grupo, obtive respostas próximas das que Wittig reivindicava nos anos 1970: falta de centralidade na

questão das lesbianidades e ausência de um espaço seguro para falarmos sobre nossas dissidências. A aproximação do movimento social com a pesquisa foi uma das falas mais reiteradas. Que tipo de pesquisadoras somos? Aquelas que produzem apenas academicamente? É preciso produzir, mas também reivindicar. “*Nos mueve a la lucha.*”

O projeto LES busca dialogar principalmente com mulheres negras e LésBi (lésbicas e bissexuais) em diferentes áreas de atuação. A partir disso, penso em um conceito freireano que considero importante, o de práxis pedagógica (Freire, 2019), que significa ler, estudar, mas também se deslocar de uma suposta elite exclusivamente acadêmica, que não tem a mínima preocupação com quem é considerado “povo”. Por isso, com Guacira Louro (2016), proponho uma reflexão sobre o termo “*QUEER*”.

O termo “*queer*” pode ser traduzido como “estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (Louro, 2016, p. 39), utilizado no contexto dos Estados Unidos em 1960, era proferido como ofensa direcionada a pessoas que resistiam às normativas de gênero e sexualidade impostas como “verdadeiras”. Uma ramificação dos movimentos lésbicos e gays passou a assumir esse termo e a ressignificá-lo como mecanismo de afirmação da subjetividade e contestação das imposições regulatórias sobre os corpos. Sobre isso, Louro (2016) afirma que:

queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade... Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (Louro, 2016, p. 39).

No Brasil, o termo “*queer*” passou a ser evidenciado a partir de pensadoras/es e teóricas/os dos estudos culturais e pós-estruturalistas. Os estudos começaram a ter mais expressão no espaço das universidades de modo que a ênfase maior se direcionou para os textos acadêmicos produzidos do que para a expressão política de contestação proposta pelos movimentos sociais estadunidenses. A partir dessa reflexão, Larissa Pelúcio (2014) propõe uma “teoria cu”, como um exercício antropofágico:

de se nutrir dessas contribuições tão impressionantes de pensadoras e pensadores do chamado norte, de pensar com elas, mas também de localizar nosso lugar nessa ‘tradição’, porque acredito que estamos sim contribuindo para gestar esse conjunto farto de conhecimentos sobre corpos, sexualidades, desejos, biopolíticas e geopolíticas. (Pelúcio, 2014, p. 4).

Quando Larissa Pelúcio menciona biopolítica, ela toma emprestado o conceito de Foucault, que dialoga sobre esse sistema como uma intervenção sobre a coletividade das populações. Essa intervenção se dá nos modos de regulamentação da vida, em que o poder do Estado atua de forma a gerir a população com relação ao nascimento, mortes e questões raciais (Foucault, 2005).

A pesquisa de pós-doutorado de Dayana Brunetto (2021) trouxe as narrativas de ativistas e pesquisadoras lésbicas e sapatão que refletiram e se posicionaram sobre a ressignificação e reapropriação do termo “sapatão” no Brasil. Para essas ativistas e pesquisadoras, o processo ocorreu de maneiras distintas. Algumas dizem que foi por meio das lésbicas mais jovens, outras citam a música “Maria Sapatão”<sup>16</sup> do apresentador de televisão Chacrinha, outras ainda falam sobre a questão da regionalidade, do pertencimento racial e do espaço social. Enfim, não há um consenso ou apenas uma única história, mas diferentes perspectivas.

Ainda segundo as pesquisas de Brunetto (2021), em junho de 2019, ocorreu uma reunião com a participação de lideranças nacionais lésbicas e sapatão feministas a fim de dialogar sobre a possibilidade de se pensar em uma rede nacional que reunisse pesquisadoras e ativistas lésbicas e mulheres bissexuais. O projeto dessa rede avançou e, em novembro de 2019, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi constituída a Rede Nacional de Ativistas e Pesquisadoras Lésbicas e Bissexuais (Rede LésBi Brasil). Nessa reunião, entre outros debates, discutiu-se também sobre quem pode reivindicar-se sapatão. As narrativas continham posicionamentos específicos sobre questões políticas e a constituição de identidades relacionadas às lesbianidades.

Uma das ativistas presentes, articuladora nacional da Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (LBL) e da recém-instituída Rede LésBi Brasil, Léo Ribas, no que se refere à autoafirmação como sapatão, diz: “Vamos lá então, gente! Quantas de vocês que são lésbicas femininas apanharam nas ruas por serem sapatão? Pois é... Nós aqui já apanhamos! E já apanhamos muito! Então, vamos nos respeitar, por favor!” (Ribas, 2019 *apud* Brunetto, 2020). Através desse posicionamento, pode-se pensar nas diversas maneiras que se produzem esses processos de ressignificação.

O exemplo da fala citada exemplifica que as narrativas se apresentam de várias formas e entram em tensionamentos que produzem saberes sobre as lesbianidades. Os movimentos sociais compostos por lésbicas e sapatão são relevantes nos processos

---

<sup>16</sup> Marchinha de carnaval Maria Sapatão. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7dYIWRCv1oM>>. Acesso em: 23 maio 2023.

de redefinição dos nossos próprios termos. As nomeações “fancha” ou “caminhoneira” também foram reapropriadas pelas pessoas que, através de seus corpos e modos de vida, desafiam as imposições normativas do gênero imposto.

Isso se dá em meio a disputas de poder tanto no âmbito político quanto social. Os movimentos sociais agenciam demandas coletivas por uma vida possível de se viver, sem violências. Porém as subjetividades são múltiplas e constituídas de distintas formas. Butler (2019) argumenta sobre uma convivência ética e política que se dá de maneira conjunta, com processos que envolvem disputas, permanências e rupturas, mas também suporte e apoio relacionado às reivindicações

Na próxima seção, produzo uma análise argumentando sobre as violências produzidas contra as mulheres LésBi, tanto no ambiente escolar quanto no sistema carcerário.

#### 4.2 ENTRE A ESCOLA E O CÁRCERE: TECNOLOGIAS DA PRECARIEDADE E DAS VIOLÊNCIAS

Nesta seção, dialogo com o aporte de algumas teorizações sobre as violências e a abjeção direcionadas intencionalmente a determinados corpos. Discuto também a respeito da precariedade de certas vidas humanas e as relações estabelecidas entre elas e as normas de gênero e sexualidade.

O biopoder, para Foucault (2005), refere-se a uma adaptação e reformulação das tecnologias relacionadas aos regimes disciplinares, que se arquitetam para controlar os corpos individuais, sendo readaptadas e associadas à formulação de técnicas que possuem o intuito de fazer uma regulação das pessoas, como indivíduos. Essa regulação, que o autor estende e posteriormente teoriza como biopolítica, já não se coloca apenas em um nível individual, mas se estende aos coletivos de pessoas, visando a um controle de “processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc...” (Foucault, 2005, p. 289). Para discutir sobre essa percepção, o autor fala sobre o antigo poder soberano que utilizava o direito de fazer morrer e de permitir viver.

Na sociedade moderna, o funcionamento do poder se modifica, a partir de uma perspectiva que se transforma, através do direito de fazer viver e de deixar morrer. A biopolítica, então, se desenha com o intuito de extrair saberes sobre esse aspecto de corpos em multiplicidade, no que tange ao governo de uma “vida biológica” das

populações. Com isso, há um incentivo à natalidade atrelado à heterossexualidade, por exemplo, bem como políticas para que seja possível desenvolver uma vida longa, produtiva e saudável.

Em contrapartida, há grupos de pessoas que são expostas intencionalmente à morte. Foucault (2005) conceitua como racismo de Estado esse poder que não apenas deixa morrer, mas também ordena e planeja a morte de determinadas/os sujeitas/os. Essa estratégia de funcionamento do poder tem por objetivo “fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (Foucault, 2005, p. 305) e, no interior desses fragmentos, se estabelece uma relação de aniquilação do outro. Esse “outro” é nomeado e escrutinado por um discurso que procura se sustentar pela questão biológica e patologizante, pois intenciona produzir a classificação, segregação e hierarquização das populações tidas como anormais e inferiores, ou seja, tudo aquilo que é considerado “raça ruim” e “degenerada” (Foucault, 2005, p. 305). Esse processo é legitimado por alguns discursos de “verdade”, que são formulados por pessoas que possuem um certo tipo de autoridade (Foucault, 2010) e determinam certas existências como superiores e viáveis em detrimento de outras.

Judith Butler (2020) teoriza a respeito de determinadas vidas que não causam comoção quando expostas às vulnerabilidades e à morte. A partir da reflexão sobre a questão das violências, a autora argumenta sobre o reconhecimento direcionado a apenas uma parcela de pessoas, enquanto outras não são “choráveis”, ou seja, não despertam nenhuma preocupação com a sua exposição a determinadas violências. Para Butler (2020, p. 30), “dependendo do gênero, da raça e da posição econômica que ostentamos na sociedade, podemos sentir se somos mais ou menos choráveis aos olhos dos demais”. Ou seja, nesse processo algumas pessoas são colocadas à margem da esfera do reconhecimento de humanidade. As mulheres em situação de cárcere são um exemplo tangível de vidas que, muitas vezes, não são reconhecidas como humanas, sendo expostas cotidianamente a situações de abjeção.

Com relação ao conceito de abjeção, Julia Kristeva (1982) o define como algo que se constitui tanto no interior quanto no exterior do humano, entrando em conflito com a constituição da subjetividade. O abjeto se refere, então, à parte “suja”, sendo motivo de repulsa e estranhamento em relação ao “outro”, externo, mas que também se constitui nesse mesmo processo. Butler (2000) também dialoga sobre a abjeção partindo da noção de sujeita/o, isto é, para que o indivíduo seja considerado sujeito, existe também a fabricação do corpo e da subjetividade abjeta.

Butler (2000) aciona esse conceito para pensar nas corporalidades que são compelidas, por diversas estratégias, a ocupar “as zonas inóspitas e inabitáveis da vida social...” (Butler, 2000, p. 112). Para a autora, os corpos, ou populações abjetas, estão formulados no interior das práticas discursivas, “os corpos na verdade carregam discursos como parte do seu sangue” (Butler *apud* Prins, Baukje; Meijer, Irene Costera, 2002, p. 163) e são capturados pela ininteligibilidade que, muitas vezes, se produz com a definição de quais vidas podem ser consideradas como humanas. Então, essa conceituação também está atrelada aos “modos de poder que buscam normalizar determinadas versões do humano em detrimento de outras...” (Butler, 2019, p. 44). Nessa lógica de racionalidade, há uma classificação de quem pode permanecer, sob determinadas condições e obedecendo às normas regulatórias, e quem deve desaparecer. O racismo de Estado, como definido por Foucault, se reorganiza a partir do que é considerado abjeto, precário, passível de extermínio.

Os corpos considerados “inteligíveis” são produzidos atrelados a uma vida viável de ser vivida a partir do momento em que constituem sua materialidade no âmbito das normas regulatórias. Essas normas regulatórias também se relacionam com condições específicas de humanidade, pois os regimes de poder que definem o/a sujeito/a e a/o abjeta/o estão articulados também ao que se pode chamar de cisheteronormatividade. Esse conceito diz respeito à produção do gênero, bem como do sexo e da sexualidade de modo linear, como se os fatores ditos como biológicos produzissem uma direção única, considerada como normal (Caravaca-Morera, Jaime Alonso; Padilha, Maria Itayra, 2017). Dessa forma, quem vive o gênero e a sexualidade nas externalidades da cisgeneridade (Jesus, 2012) e da heterossexualidade compulsória (Rich, 2010; Wittig, 2020), em algum momento da vida, é exposta/o a algum tipo de potencialização de precariedade nas suas cotidianidades (Butler, 2018).

A precariedade é a condição direcionada, de uma maneira mais ampla, a populações que, por conta de uma série de questões extremas, como, por exemplo, as guerras, são colocadas em situações de violências, fome e falta de recursos para ter o mínimo de sobrevivência. Butler (2018) também discute que a precariedade “está, talvez de maneira óbvia, diretamente ligada às normas de gênero” (Butler, 2018, p. 41), uma vez que as condições para frequentar o espaço público e possuir o direito de aparecer exigem um padrão de “humano em domínios que se espera que muitos não apareçam” (Butler, 2018, p. 42). Os corpos que se constituem na dissidência e que não seguem à risca as normas são interpelados cotidianamente “por práticas sociais de

desumanização” (Brunetto, 2021, p. 74), precisando, muitas vezes, negociar o direito de existir. Atrás das grades e diante da justiça criminal, a negociação se torna ainda mais complexa, principalmente se as pessoas se reconhecerem ou forem interpretadas como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis ou Transexuais (LGBT).

A partir da perspectiva das existências lésbicas e sapatão, determinados tipos de violência se engendram e agem de formas distintas e específicas. Um exemplo dessas violências é a lesbofobia, que se delinea a partir de um duplo viés, pois está firmada em pressupostos machistas e misóginos que desvalorizam as sujeitas que, através dos seus corpos, práticas e experiências de lesbianidade, afrontam os modelos heteronormativos. A lesbofobia se configura também nos contextos de apagamento e invisibilização intencional das experiências lésbicas e sapatão, bem como na ausência de políticas públicas direcionadas a essas sujeitas. A minimização das demandas relacionadas às lesbianidades nos movimentos sociais de LGBT<sup>17</sup> também se constituem como práticas lesbofóbicas, pois, frequentemente, as questões expostas pelas lésbicas e sapatonas são vistas como menos importantes ou secundárias frente às outras reivindicações (Brunetto; Ribas, 2020).

O lesbo-ódio, por sua vez, consiste em uma das expressões e facetas da lesbofobia. O conceito lesbo-ódio vem sendo dialogado e produzido por ativistas lesbofeministas latino americanas para demarcar o ódio que se instaura através de práticas corretivas e de extermínio. Práticas corretivas aqui são tomadas como práticas violentas que objetivam a “correção” da orientação sexual de lésbicas e sapatão, como o estupro corretivo, por exemplo. Sobre esse tópico, a autora Debora Diniz (2015) traz um relato sobre uma mulher presa “bicuda”, ou seja, não feminina, que foi estuprada pelos traficantes, denominados pelo linguajar daquele ambiente carcerário como “bichos de rua”. Ela teve um filho por conta desse estupro.

Ainda que o estupro corretivo não seja a única forma de prática corretiva, ele é uma das mais brutais, pois em muitos casos as lésbicas e sapatão perdem a vontade de viver, se transformando em suicidas sociais. Já as práticas de execução são aquelas que visam ao extermínio das lésbicas e sapatão, isto é, o lesbocídio (Peres, Milena Cristina Carneiro; Soares, Suane Felipe; Dias, Maria Clara, 2018). Essas

---

<sup>17</sup> Optei por utilizar a sigla votada na I Conferência Nacional em 2008 e referendada nas subsequentes, por representar uma conquista simbólica para os movimentos de lésbicas feministas, uma vez que foram esses movimentos que lutaram para que a letra “L” passasse ao início da sigla, visibilizando a dupla opressão a que lésbicas e sapatão estão sujeitas, machismo e lesbofobia.

práticas, com a lesbofobia, o machismo e a misoginia, reverberam em violências físicas e crimes de ódio cometidos contra as lésbicas e sapatão (Rojas, Zicri Orellana, 2017).

Penso no “caso” de Ana Caroline de Souza Campelo, notícia difícil de ler até o final, devido à tamanha brutalidade da sua morte. Mas Audre Lorde (2019) já nos desafiou argumentando que, no silêncio, não existe proteção alguma. Ana morava próximo à capital de São Luiz, no estado do Maranhão, em um pequeno município denominado de Maranhãozinho. Penso no porquê de tanta crueldade com uma jovem de 21 anos, a ponto de arrancarem-lhe os olhos, além de desfigurar seu rosto. Parece algo fantasioso. Mas não é. E isso me comove, e deveria nos comover mais ainda enquanto sapatonas, mulheres bissexuais etc.

A fala da mãe de Ana, Carmelita, disponibilizada em uma reportagem do G1 do Maranhão (2023) evidencia a tristeza e o pesar: “Carol era uma menina meiga. Ela só tinha o prazer de viver, tiraram a vida da minha filha sem ela ter feito nada. Gente, vamos fazer justiça pela Carol.

O dossiê do lesbocídio no Brasil (Peres; Soares; Dias, 2018) apresenta dados sobre as diferentes formas que uma lésbica ou sapatão pode sofrer violências, tanto físicas quanto psicológicas por parentes próximos da vítima. O suicídio social e o crime de ódio coletivo também são citados no dossiê. A sapatão masculina ou “bofinha”, se não tem companheira, namorada ou afeto, na maioria das vezes, circula pelos espaços públicos sozinha. Isso soa quase como possuir um alvo na testa.

Essas violências corretivas ocorrem também por meio de sequestros, cárcere privado e perseguições que podem culminar no lesbocídio. Esse lesbo-ódio fica mais exacerbado e é praticado com requintes de crueldade quando se trata de lésbicas que se distanciam da feminilidade e se aproximam do que é considerado masculino nas maneiras de expressar o gênero (Halberstam, 2008).

Sobre esse distanciamento da feminilidade, dialogando com Jack Halberstam (2008), Gilberta Santos Soares (2016) argumenta sobre como as performatividades (Butler, 2015) das masculinidades, em pessoas designadas compulsoriamente ao nascimento como femininas, colocam em “risco as classificações normativas de gênero”, e abrem espaço para “novas formas e modelos de identificação de gênero, marginais aos aspectos culturais convencionais” (Soares, 2016, p. 165). O autor Jack Halberstam (2008) dialoga sobre as masculinidades sem homens que se expressam em pessoas designadas como mulheres, questionando os aspectos dominantes e viris

que constituem a ficção relacionada à masculinidade hegemônica (Connell; Messerschmidt, 2013).

Marina Chaves Petersen (2016) aprofunda o diálogo para pensar a respeito do que Halberstam intitula de “masculinidade lésbica”. Essa performatividade é composta também por alguns elementos que são socialmente considerados masculinos, como corte de cabelo, estilo de roupa, atitude etc. A autora também retoma o pensamento de Butler sobre a figura da “*butch*”, que seria essa sujeita lésbica ou sapatão que se identifica e performa uma masculinidade que pode ou não se colocar como transgressora, pois, mesmo sendo deslocada e parodiada em um corpo de mulher, ainda podem existir reproduções de atitudes machistas.

Andrea Lacombe (2006), ao realizar uma pesquisa sobre a socialização de lésbicas em um bar do Rio de Janeiro, fala sobre “masculinidade em mulheres”. No contexto do bar no qual a pesquisa foi realizada, a palavra “lésbica” não era mencionada pelas interlocutoras, que preferiam utilizar “entendida” ou “sapatona”. A autora menciona que os componentes presentes nessas corporalidades, que dizem respeito a um conjunto de artefatos, são elementos “capazes de produzir efeitos na constituição do sujeito” (Andrade, 2017, p. 2). Então, para ser identificada como entendida, o objeto pochete desempenhava não só a função de carregar objetos, mas se constituía também em um artefato cultural que compunha a expressão de gênero e também auxiliava na maneira de dançar, pois, segundo a autora, quando “duas mulheres dançam coladas, como era o caso, não existe uma protuberância sobressaindo de nenhum dos dois corpos” (Lacombe, Andreia, 2006, p. 218). Dessa forma, a pochete ocupava o espaço que seria da genitália masculina, de uma maneira prostética, assim como o dildo (Preciado, 2022).

Sobre o dildo, Paul Preciado (2022) traz uma definição:

O dildo escapa à disjunção do ter e do não ter: não faz parte da ontologia da essência nem da ordem da propriedade. É e não é um órgão que embora pertença a alguém, não pode ser plenamente possuído. O dildo faz parte de uma economia da multiplicidade, da conexão, da partilha, da transferência e do uso. Recusa-se a ser inscrito no corpo para criar identidade ou completude orgânica. Mantém-se no lado da despossessão e do nomadismo. (Preciado, 2022, p. 16).

A expressão de gênero de uma lésbica não feminina, ou simplesmente masculina, na perspectiva de uma masculinidade sem homens, diz respeito a corpos, que, por apresentar uma performatividade de gênero descontínua (Butler, 2015), estão evidentes, como se estivessem em uma cristaleira. O conceito de cristaleira sapatão

(Brunetto, 2021) foi pensado a partir da exposição, da ultra visibilidade e dos processos de “fabricação de corpos que se fazem em meio ao deboche e à ironia, em constante afronta e esgarçamento das normas de gênero e sexualidade” (Brunetto, 2021, p. 17). Nesses processos, as rupturas das normas se dão a partir da performatividade de um gênero descontínuo que, para Butler (2015), por não se tratar de uma expressão de gênero considerada culturalmente inteligível:

parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. (Butler, 2015, p. 43).

Por não haver a coerência esperada entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, que constitui uma inteligibilidade cultural, são corporalidades atravessadas pela lesbofobia e pelo lesbo-ódio. Porém não apenas as sapatão hipervisíveis (Halberstam, 2008) são alvo de precariedades. Performando ou não o gênero de maneira descontínua, ainda assim existe a ruptura com a coerência e a “fuga” da heterossexualidade compulsória, o que expõe as lésbicas e sapatão a níveis diversificados de violências.

O relatório descritivo, elaborado a partir da primeira etapa do I LesboCenso Nacional: mapeamento das vivências lésbicas no Brasil (Tagliamento, Grazielle; Brunetto, Dayana; Almeida, Raquel, 2022), demonstra que 78,61% das 21.050 lésbicas e sapatão respondentes sofreram algum tipo de violência lesbofóbica. Entre essas violências, as mais recorrentes foram o assédio moral, representado pela porcentagem de 31,36%; o assédio sexual, tendo 20,84%; e violência psicológica; com 18,39%. A maioria dessas agressões partiu de pessoas conhecidas e presentes no convívio das respondentes.

No que se refere aos estupros, os dados demonstram que 39,17% das respondentes foram forçadas a ter contato sexual sem penetração e 24,76% foram coagidas fisicamente a manter relações sexuais com penetração. Ou seja, 63,93% das 21.050 respondentes foram estupradas. Segundo o dossiê sobre o lesbocídio no Brasil (Peres; Soares; Dias, 2018), a expectativa de vida de uma sapatão é de 24 anos, pois a maioria dos assassinatos e suicídios ocorre até essa idade.

Essas violências e exclusões, geralmente, se iniciam no ambiente familiar e podem ou não se intensificar no espaço escolar. A instituição escolar é um dos dispositivos disciplinares (Foucault, 2017) que se alinha às múltiplas características do

poder disciplinar e de regulação para realizar um investimento na produção de subjetividades específicas. Conforme Guacira Louro (1997, p. 61), a instituição escolar “aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite também que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos”. Os modos de sujeição, normalmente, produzidos e requeridos pela maquinaria escolar (Sibilia, Paula, 2012), que seria a instituição escolar dos “tempos modernos”, com o intuito de buscar uma formação padronizada para os filhos da classe trabalhadora apenas para a mão de obra e o trabalho braçal, possivelmente em uma fábrica.

Quando Foucault (2014) aborda a questão do exército e da escola, existem familiaridades, principalmente em se tratando da questão “corpo-objeto” (Foucault, 2014, p. 150). Era preciso que houvesse divisões e limites. E, também, quem tinha acesso à escola, geralmente era o homem branco com uma certa classe social.

Veiga-Neto (2014) argumenta que a escola faz uma conexão intrínseca entre os saberes fabricados e os poderes que atuam de modo permanente na sociedade, a fim de produzir uma subjetividade específica. Essa subjetividade é forjada através de um processo de sujeição, que promove a difusão de pensamentos e práticas específicas para regulamentar, de modos singulares, a vida das/os estudantes. As pessoas que acessam a oportunidade de frequentar a escola passam um tempo considerável de suas vidas nesse espaço, no qual, para além da aprendizagem dos conteúdos, se articulam noções sobre o que é permitido e proibido, certo ou errado, tolerável ou intolerável (Louro, 2016).

Louro (2016) argumenta ainda que a habilidade normalizadora da instituição escolar vem sendo ameaçada pela presença de sujeitas/os dissidentes que, apenas com o aparecimento dos seus corpos no espaço público, desestabilizam algumas certezas “naturalizadas”. Em contrapartida, a escola, a partir de processos envolvendo mudanças históricas e culturais, constituiu-se em um ambiente em que praticamente as totalidades do espaço se generificam (Louro, 2013). Existem imposições para exercer um certo tipo de masculinidade, geralmente associado a competição, a prática de esportes de alto rendimento; e um certo tipo de feminilidade, relacionada a delicadeza e a cobrança em relação à letra e ao “capricho com os cadernos”.

Porém, por mais que a escola acione práticas sociais e escolares, que poderiam ser compreendidas como “severas”, a determinadas/os sujeitas/os, esse lugar também consiste em um território para a negociação das diferenças (Seffner, 2013). De modo histórico, o ambiente escolar foi planejado para produzir homogeneidade. Entretanto,

com a regulamentação da obrigatoriedade do acesso que pretende ser universal para uma faixa etária específica, dos 4 anos de idade até os 17 anos, segundo a Lei nº 12.796, de 2013, o que corresponde ao Ensino Fundamental, pessoas com distintas culturas, pertencimentos étnico-raciais e religiosidades, bem como com diversas identidades de gênero e sexualidades, começaram a frequentar esse espaço. Com isso, veio a negociação das diferenças, porque as pessoas passaram a conviver com outros indivíduos e outros saberes diferentes dos que produziram nos ambientes de socialização nos quais estiveram anteriormente.

A instituição escolar e as/os profissionais que nela atuam se percebem diante de múltiplos “tipos de corpos e subjetividades” (Sibilia, 2012, p. 38) que estão confrontando saberes e também o padrão que desenha o “sujeito universal” da educação. As/os estudantes estão reafirmando ou questionando as normas regulatórias, em um movimento que se estende de modo constante e fluido. “A escola é um terreno de experimentação de modos de ser homem e de ser mulher, e cada vez mais é um terreno de expressão da diversidade de orientação sexual” (Seffner, 2013, p. 154), sendo um lugar de socialização que abre espaço para as interações e as vivências dos afetos, apesar das investidas disciplinares.

A constituição das subjetividades lésbicas no ambiente escolar também se configura por meio de diversas negociações com as normas regulatórias. Entre as investidas do projeto educacional heterossexualizador, o silenciamento e o conflito – tanto interno quanto externo (relações familiares) –, há espaço para a expressão da sexualidade, mesmo que de maneira precária (Thais Priscila TORRES, 2022). Precária, uma vez que existe uma potencialização da vigilância sobre essas sujeitas, e também uma manutenção do silêncio sobre essas vivências, o que produz também um silêncio de si, pois não há um espaço onde exista a possibilidade de dialogar sobre essas experiências fora das relações de poder ou sem as investidas do poder para uma proteção moral que, em algumas vezes, é proveniente da família.

A pesquisa *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil* (Venturi, Gustavo; Bokany, Vilma, 2011) demonstra que 50% das lésbicas entrevistadas relataram ter sofrido discriminação por orientação sexual. Destas, 25% perceberam as/os colegas da escola como agentes da discriminação. As pedagogias da sexualidade atuam amplamente em vários setores, não apenas nas aprendizagens atribuídas aos conteúdos. Para Louro (2000), as marcas que a escola tende a fixar nos corpos se dão também nas particularidades e minúcias do cotidiano, e nas relações com colegas e

professoras/es. Portanto, as pedagogias da sexualidade também atuam num silenciamento frente a situações de lesbofobia, uma vez que o silêncio também é um posicionamento político que está em conformidade com a matriz de inteligibilidade cultural heterossexual (Butler, 2015).

Outra instituição social e dispositivo disciplinar que estabelece uma relação conflituosa e ambígua com as lesbianidades é o sistema carcerário. No ambiente das prisões, existem várias formas de vivenciar o gênero e a sexualidade nomeadas de maneiras específicas, muitas vezes distintas das utilizadas na sociedade extramuros. Esses espaços de sujeição que evidenciam o funcionamento das disciplinas são constituídos para demandar, de diferentes maneiras, o “sequestro de corpos e também de almas” (Souza, 2020, p. 36). Capturam as sujeitas por meio de situações que promovem coações e privações. Mas, em certa medida, precisam se deparar com estratégias de resistência que, para Foucault (2014), dizem respeito à forma de fazer pequenas rupturas no sistema, ainda que limitadas, para a elaboração de tecnologias de si, por meio das performatividades (Foucault, 2014; Butler, 2018).

A pesquisa de Simone Brandão Souza (2018), realizada com mulheres em uma unidade prisional que se localiza no estado da Bahia, dialoga sobre as produções e deslocamentos das expressões de gênero e sexualidades das sujeitas no espaço prisional. Nesse contexto, a identidade “viado” se refere às mulheres que se relacionam com mulheres e também se produzem no âmbito da constituição de um gênero descontínuo. As falas das interlocutoras da pesquisa apresentam as tramas que se forjam, estabelecem e deslocam as lesbianidades por meio das normas internas, referentes à cultura prisional.

Nessa perspectiva, parte das sujeitas relataram uma certa liberdade de expressar os desejos, numa dupla constituição entre processos de sujeição, mas também de subjetivação. Sujeição que está atrelada ao movimento visto como necessário, de “dizer de si”. Quem constrói relações sexuais e afetivas com mulheres precisa identificar isso e tomar para si as formas de se expressar nas relações internas, em relação à função social de “viados” e “*ladies*”, estas últimas mulheres que apresentam performatividade feminina e se relacionam com mulheres, geralmente com os “viados”.

Os modos de subjetivação, vinculados ao diálogo permanente e conflituoso entre as investidas disciplinares e as práticas de si, se configuram na formação de outros modos de expressão no âmbito do cárcere. Adotar outra forma de vestir, cortar os cabelos e identificar-se como “viado” são maneiras de estabelecer outras relações com

a própria expressão de gênero, e, também, possuir “um pouco mais” de autoproteção. Destaco que essas relações se engendram em um contexto temporal e localizado. São práticas que se confluem em sujeição e adaptação, mas também em resistência, por meio da viabilização de uma vida vivível, ao menos para as sujeitas, dentro das possibilidades que se apresentam.

Carioca relatou sobre um homem trans que, segundo ela, era considerado encrenqueiro: “Ele se colocava num papel assim de que ele precisava ser o mais ogro e... e... idiota, na minha forma idiota, dali do presídio, como se ele tivesse que reinar ali porque o local era dele e... ele arranjava confusão com todo o mundo.” Dessa forma, pode-se pensar em uma masculinidade subalternizada por estar em um corpo designado como mulher, mas que apresentava artefatos, narrativas e atitudes presentes no conceito de masculinidade hegemônica. Para Raewyn Connell e James W. Messerschmidt (2013), esse conceito é mutável dependendo da perspectiva em que está sendo estudado. Os autores discutem que “as masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 250).

Por estar em um ambiente carcerário que tem a precariedade como ordem, talvez, a forma que esse homem trans encontrou para se defender foi um aspecto de masculinidade vinculado a uma violência exacerbada. Carioca continua o relato:

depois que entenderam o que tava acontecendo que ele tava batendo na mulher e tanana... acharam um celular... acharam um celular... e ai ele assumiu a culpa do celular... botaram o pessoal pra lá e levaram ele pra outro lugar que é tipo uma solitária né...o buraco né... chamavam de buraco, de lugar ruim assim... e ai... um dos guardas que era bem rancoroso... um velho já, bem idiota... ele batia nela... batia assim, dava umas porrada e falava assim ‘ah, já que você quer ser homem, você vai apanhar que nem homem...’ e e ai levaram ele lá pro, pra esse lugar e.. não sei o que que fizeram com ele... (Carioca, 2024).

Um dos textos do Relatório Nacional de Inspeções sobre a População LGBTI+ Privada de Liberdade no Brasil (Coloniese; Ferreira; Klein, 2023) formula uma concepção sobre tortura direcionada às corporalidades dissidentes. Isto é, corpos LGBTI+, no Brasil, experimentam a tortura como política de ordem:

A busca por uma definição do que seria ‘a ordem’ produz, necessariamente, a concepção de desordem – articulada à constituição do medo como um potente

operador político – e que faz existir instituições com a finalidade de preservá-la a fim de conter o medo que opera a ordem. (Bicalho, 2023, p. 13).

A tortura é essa forma de punir e tentar colocar a dissidência em ordem “já que você quer ser homem, vai apanhar que nem homem...”. Como aconteceu no caso de Luana Barbosa, que foi agredida por policiais homens, questão que de certa forma aproxima a vivência sapatão da corporalidade transmasculina. As experiências de homens trans, geralmente, são invisibilizadas no sistema prisional, pois alguns ainda são identificados como “bofes” ou “machorras”, adquirindo apelidos masculinos. A pesquisa de Bruna Benevides et al. (2020), com uma amostra realizada em São Paulo, aponta que 82,4% dos homens trans optam e preferem permanecer em prisões femininas. A pesquisa também mostra que não existe uma procura por retificação de documentos, mas o nome social é respeitado pelas colegas de cela, ou visto como um apelido.

Porém, por mais que os homens trans optem pelas prisões femininas, em certa medida, ainda são vítimas de violência. Tanto na questão da inviabilização de suas identidades quanto nas “surras” que recebem como punição, como no caso mencionado pela interlocutora. Para Guacira Lopes Louro (2016, p. 77): “a determinação dos lugares sociais ou das posições de sujeitos no interior de um grupo é referida aos seus corpos”, e esses corpos dizem sobre o lugar social que o sujeito irá ocupar. Em especial no que se refere ao ambiente prisional que se constitui como um sistema punitivo que homogeneíza, hierarquiza e pune os corpos dissidentes.

Carioca, em seu depoimento, não se lembra do nome que davam para as sapatão daquele ambiente: “Tinha e eles chamavam de um nome, cara... eu não me lembro, mas era um nome assim... bem pejorativo sabe, quando falava assim cê já sabia que não era um elogio... ai mas eu não consigo me lembrar agora.” Durante a conversa, a interlocutora não se lembrou desse “nome” dado a essas mulheres, porém menciona o termo “desfem” quando percebia que havia um rompimento com a performatividade de gênero esperada. Nas suas palavras:

mas também tinham as lésbicas, tinha uma mulher lá que eu não tenho certeza se era trans, ou se era só desfem, mas tinha uma senhora, já devia ter uns 50 e poucos anos também que ela... é do vale né... tô tentando lembrar o nome que eles chamavam mas não consigo... não vem na mente. (Carioca, 2024).

Quando a interlocutora fala sobre “um nome bem pejorativo”, só consigo imaginar sobre a situação de invisibilidade que essas lésbicas e sapatão se encontravam. Ou,

talvez, em alguma medida acionavam o silêncio para terem suas vidas menos expostas às violências.

No Relatório Nacional de Inspeções sobre a População LGBTI+ Privada de Liberdade no Brasil (Coloniese; Ferreira; Klein, 2023) em uma das prisões visitadas, os homens trans e as mulheres que não eram femininas eram colocados em celas separadas das demais pessoas. Isso era feito com a justificativa de que, assim, elas não encontrariam relacionamento amoroso no cárcere. Em outra instituição prisional, “se os casais narram poderem conviver na mesma cela, informam ao mesmo tempo que a demonstração de afeto em público é impedida por configurar desrespeito” (Coloniese; Ferreira; Klein, 2023, p. 69).

Existe um campo e um contexto para o “indivíduo a ser corrigido” (Foucault, 2001 p. 72) e ele se encontra em vários setores da sociedade. Nesse contexto do ambiente carcerário, as pessoas a serem corrigidas são as que possuem gêneros e sexualidades dissidentes das normas regulatórias. No próximo capítulo, trago as considerações da pesquisa, mas que não são finais, pois os estudos terão continuidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES NUNCA FINAIS

Esta pesquisa se constituiu entre caminhos e descaminhos. Procurei acessar a Penitenciária Feminina de Piraquara, no Paraná. Em um ano tive várias tentativas frustradas e entraves que fizeram com que eu não conseguisse acessar esse campo. Depois, busquei outras alternativas para que fosse possível realizar as análises dos dados. Os relatos de Carioca e a discussão com o LES me mostraram que o cárcere se constitui, em certa medida, num ambiente que constitui subjetividades específicas, bem como produz ausências, “opressões” e privações.

Os resultados, a partir das narrativas de Carioca, trazem algumas reflexões situadas nas perspectivas relacionadas à questão da educação, bem como das lesbianidades. Ficou evidente nas falas as semelhanças entre o cárcere e a escola, como instituições de exercício e efeitos de poder que produzem a regulação dos corpos, de diferentes maneiras, por meio de distintos mecanismos. Os aprendizados informais cotidianos também apareceram nos relatos, visto que estavam atrelados aos momentos de convivência, que também produzem ensinamentos.

O afeto entre mulheres apareceu na narrativa de Carioca, através dos relatos sobre a formação de um casal, bem como a respeito da “descoberta”, ou seria o momento de “liberdade” para a vivência da sexualidade? E compartilhamento do entendimento da bissexualidade de uma das colegas de ala. O nome com o qual se designavam as mulheres de performatividade de gênero alinhada ao que se convencionou chamar de masculino não foi lembrado pela interlocutora, que somente salientou ser algo de origem pejorativa.

As situações de medicalização dos corpos e violências direcionadas àquelas corporalidades também apareceram. Inicialmente pela narrativa sobre a custodiada que era paralisada pelos policiais com aparelhos de choque, bem como a situação do homem trans que apanhou dos guardas, enquanto ouvia a frase: “Se tu quer ser homem, vai apanhar como homem.” A partir disso, é possível observar situações nas quais as pessoas LGBT são colocadas em situação de precariedade, pois, em um ambiente que já funciona pelo viés opressivo, se tornam alvos de relações de violências que se produzem a partir de uma dupla constituição: pela orientação sexual, expressão e identidade de gênero dissidentes e pelo próprio cárcere.

A interlocutora também falou sobre a remissão de pena pelo trabalho, na qual se considerava explorada. A tripla jornada trabalhando na cozinha dos guardas não poderia ser denunciada a ninguém. Em relação à educação, como ela já estava na graduação, esta não foi uma questão com a qual teve contato.

Os momentos de resistência também foram mencionados. Penso que tais momentos se encontram na partilha dos afetos e de microssituações pelas quais o cotidiano se torna menos “opressivo”. Para a interlocutora, esses momentos estavam atrelados ao período de recreação em que podiam jogar futebol, baralho e tomar banho de chuva.

Retomo novamente a célebre frase de Foucault que diz: “lá onde há poder há resistência” (Foucault, 2017, p. 104). Em minhas análises, essas resistências contra o sistema estão sendo feitas na sociedade pelos corpos dissidentes e insubmissos (Preciado, 2011). Resistências contra as normas rígidas da sociedade e do ambiente penitenciário através das relações de amizade, afetos e amor, resistência nos bancos escolares contra a padronização dos corpos. Resistências que são também epistemológicas, pelas pesquisas que se recusam ao enquadramento tradicional acadêmico. O que quero dizer com isso é que existem as possibilidades de ruptura com as normas regulatórias, tanto de gênero e de sexualidade quanto dos estudos.

Com esta pesquisa, vem também a tentativa de produzir mais uma escrita que associe lesbianidades, prisão e educação, que são poucas. Pois as temáticas das lesbianidades em geral são invisibilizadas tanto nas produções acadêmicas quanto no movimento LGBT. Porém, apesar disso, estamos produzindo conhecimento, saberes e um léxico singular nas mais diversas áreas e ocupando um espaço que anteriormente era dominado pela branquitude cis e heterossexual (Jesus, 2012; Bento, 2022).

A presente pesquisa teve como pergunta inicial “Quais as percepções de uma sujeita que já esteve encarcerada e de pesquisadoras que já estiveram no presídio sobre as experiências das lésbicas e sapatão neste espaço e as aproximações dessas narrativas com a educação?”, dessa forma, teve como objetivos conhecer as narrativas de uma sujeita dissidente de sexualidade sobre suas percepções acerca dos processos de subjetivação das sujeitas lésbicas e sapatão encarceradas; conhecer as narrativas das pesquisadoras que estiveram no presídio e suas percepções sobre as experiências de estar nesse espaço realizando pesquisa com lésbicas e sapatão; e analisar as narrativas em aproximação com as questões da educação. Como resultados, apontou para as questões das dissidências de gênero e sexualidade no ambiente do cárcere, as

relações de semelhanças com a escola através das posturas exigidas e impostas àquelas mulheres, bem como as situações de violência em que certas corporalidades estão expostas.

Diante disso, penso que as pesquisas envolvendo o ambiente carcerário feminino são produtivas de modo que apresentam uma realidade muitas vezes desconhecida ou negligenciada pela sociedade. O acesso ao campo é uma parte importante do processo, visto que coloca a pesquisadora em contato quase que direto com as situações e vivências daquele ambiente. Acredito que ouvir mulheres encarceradas, principalmente no que se refere às questões de gênero e sexualidade, bem como tornar públicas essas narrativas, expõe o que o Estado deseja ocultar através de vários mecanismos. As narrativas das mulheres que se relacionam com outras mulheres, ou das pessoas dissidentes das normas de gênero e sexualidade, possuem muito a dizer sobre o sistema carcerário e precisam ser cada vez mais evidenciadas nas pesquisas que possuem esse ambiente como *locus*.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Maciel de. Vulnerabilidade socioeducacional das mulheres privadas de liberdade: medicalização e controle dos corpos. In: FALCIDE, Ires Aparecida (Org.). **Mulheres invisíveis: por entre muros e grades**. Curitiba: JM Editora e Livraria Jurídica, 2016.

ANDRADE, Paula Deporte. Artefatos culturais midiáticos e pedagogias culturais: uma análise para explorar as qualidades pedagógicas da vida contemporânea. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 38, 2017, São Luís, Maranhão. **Anais [...]**. São Luís, 2017. p. 1-16. Disponível em: <[http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT16\\_248.pdf](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT16_248.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2024.

ANGOTTI, Bruna; Salla, Fernando. Apontamentos para uma história dos presídios das mulheres no Brasil. **Revista de Historia de las Prisiones**, n. 6, p. 7-23, 2018.

ANJOS, Rosilene Amorim dos. A educação das mulheres encarceradas. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 1-5, 2006.

BENEVIDES, Bruna et al. **Não existe cadeia humanizada!** Estudo sobre a população LGBTI+ em privação de liberdade. Brasília, DF: Distrito Drag, 2020.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. A tortura como política de ordem a corpos LGBTI+. In: COLONIESE, Bárbara; FERREIRA, Guilherme Gomes; KLEIN, Caio Cesar. **Relatório de inspeção nacional sobre a população LGBTI+ privada de liberdade no Brasil**. Brasília, DF: MNPCT, 2023. p. 12-18.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Rev. Bras. Educ.**, n. 19, p. 20-28, 2002. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>

BRAGA, Laura. Pastor diz em culto que beijou filha na boca: “Nossa, que mulherão”. **Metrópole**, 3 maio 2024. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/pastor-diz-em-culto-que-beijou-filha-na-boca-nossa-que-mulherao>>. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL DE FATO. Mãe, negra e lésbica: assassinato de Luana Barbosa permanece impune após três anos. **Brasil de Fato**, 13 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/13/mae-negra-e-periferica-assassinato-de-luana-barbosa-permanece-impune-apos-tres-anos>>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 13 out. 1941. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jun. 2011. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm)>. Acesso em: 5 maio 2024.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 abr. 2013. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRUNETTO, Dayana. **Cartografias da transexualidade**: a experiência escolar e outras tramas. 2010. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

\_\_\_\_\_. **A narrativa sapatão em disputa**: identidade e atitude sapatão. 2021. Relatório (Pós-Doutorado em Educação) – Estágio de Pós-doutoramento em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

BRUNETTO, Dayana; RIBAS, Léo. Quem cabe nesse arco-íris? In: BRUNETTO, Dayana; TAGLIAMENTO, Grazielle. **Arco-íris para quem?** (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas. Curitiba: UFPR, 2021. p. 67-88.

BRUNETTO, Dayana; SARTORI, Thiago Luiz. Neoconservadorismo e “ideologia de gênero” o favorecimento do estuprador. **Revista de Estudos da Homocultura**, v. 6, n. 19, p. 195-219, 2023.

BRUNETTO, Dayana; TAGLIAMENTO, Grazielle. **Arco íris para quem?** (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas. Curitiba: UFPR, 2021.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomas Tadeu da Silva. 2. ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2000. p. 151-172.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

\_\_\_\_\_. De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?. **EI País**, 10 jul. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>>. Acesso em: 10 maio 2023.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Representações sociais do sexo e gênero entre pessoas trans. **Rev Bras Enferm**, v. 70, n. 6, p. 1235-1243, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0581>

CERNEKA, Heide Ann. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades das mulheres. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 61-78, jan./jun. 2009.

COLONIESE, Bárbara; FERREIRA, Guilherme Gomes; KLEIN, Caio Cesar. **Relatório de inspeção nacional sobre a população LGBTI+ privada de liberdade no Brasil**. Brasília, DF: MNPCT, 2023.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282. Florianópolis, jan./abr. 2013.

COSMO DE SOUZA FRANCESCHI, Natalyta; KERRY DOS SANTOS, Daniel. Efeitos dos padrões estéticos da branquitude e do racismo nas experiências de mulheres negras. **Nova Perspectiva Sistêmica**, [S. l.], v. 31, n. 72, p. 82-99, 2022. DOI: 10.38034/nps.v31i72.663. Disponível em: <<https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/663>>. Acesso em: 15 maio 2023.

DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum* sobre as sociedades de controle. \_\_\_\_\_. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992. (Coleção TRANS).

DINIZ, Debora. **Cadeia**: relatos sobre mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ESPINOZA, Olga. Mujeres privadas de libertad: ¿es posible su reinserción social? **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, p. 93- 106, 2016.

FARINA, Cynthia. Arte e formação: uma cartografia da experiência estética atual. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31, Caxambu, Minas Gerais. **Anais [...]**. Caxambu, 2008. p. 1-16. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GE01-4014--Int.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. Tecnologias de si. **Verve**, n. 6, p. 321-360, 2004.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 28. reimp. 2010.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

\_\_\_\_\_. **Subjetividade e verdade**. Curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Martins Fontes, 2016.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1**: a vontade do saber. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários para a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

G1 MA. Veja o que se sabe sobre a morte da jovem de 21 anos que foi encontrada com a pele do rosto, couro cabeludo e olhos arrancados no MA. **G1 MA**, 12 dez. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/12/12/veja-o-que-se-sabe-sobre-a-morte-da-jovem-de-21-anos-que-foi-encontrada-com-a-pele-do-rosto-couro-cabeludo-e-olhos-arrancados-no-ma.ghtml>>. Acesso em: 15 maio 2024.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. **Anais** [...]. Faculdade de Educação, Universidade de Pedagogia Social, 2006. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 15 maio 2023.

HALBERSTAM, Jake. **Masculinidad feminina**. Durham: Duke University Press, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Editora Elefante, 2021.

\_\_\_\_\_. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2022.

JANE, Felipe. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 201-223, jan./jun. 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, DF: EDA/FBN, 2012.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari; BUGAÍ, Fernanda de Araujo. **Mulheres no cárcere**: a estrutura prisional e a construção do gênero no Brasil. Histórias e Perspectivas, Uberlândia, 2019.

KRISTEVA, Julia. **Powers of horror**: an essay on abjection. New York: Columbia University Press, 1982.

LACOMBE, Andrea. De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 207-225, 2006.

LEMINSKI, Paulo. **Toda poesia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Tradução: Stephanie Borges. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Conhecer, pesquisar, escrever. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 25, p. 235-245, 2007.

\_\_\_\_\_. Currículo, gênero e sexualidade, o normal, o diferente e o excêntrico. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 43-53.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Maria Júlia Silva de. **A mulher presa, sonhos e frustrações**: a escola no sistema carcerário. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2010.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 23-45.

PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. **Uma ala para travestis, gays e seus maridos**: pedagogias institucionais da sobrevivência no presídio central de Porto Alegre. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PASTORAL CARCERÁRIA. O que é a pastoral carcerária. **Pastoral Carcerária**, 2023. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/a-pastoral-carceraria>>. Acesso em: 23 maio 2024.

PATROCÍNIO, Stella do. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, p. 68-91, maio/out. 2014.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre o lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022

PETERSEN, Mariana Chaves. Da masculinidade hegemônica às subalternas: a masculinidade lésbica em contos brasileiros contemporâneos. **Revista Educação Literária**, v. 16, p. 91-105, 2016. <https://doi.org/10.5433/el.2015v16.e28495>

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 11-18, jan./abr. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>

\_\_\_\_\_. Lixo e gênero, mijar/cagar, masculino/feminino. Tradução: Davi Giordano e Helder Thiago Maia. **eRevista Performatus**, Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Eu sou o monstro que vos fala. **Cadernos PET Filosofia**, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 278-331, 2021 (2022).

\_\_\_\_\_. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Rio de Janeiro, Zahar, 2022.

PREITE SOBRINHO, Wanderley. Com pau, concreto e facão: "Minha filha foi desfigurada por 3 homens". **UOL**, 31 ago. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/31/homofobia-espantamento-goias-agressao-lesbiofobia.html>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>

RAGO, Margareth. Ficções da heteronormatividade. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alvez et al. (Orgs.). **Caminhos da pesquisa em diversidade sexual e de gênero**: olhares interdisciplinares. Curitiba: IBDSEX, 2020.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas, Revista de Estudos Gays**, v. 4, n. 5, jan./jun. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Nota técnica. Política de Enfrentamento ao Racismo no Âmbito do Sistema Prisional do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, nov. 2022. Disponível em:

<<https://www.seapen.rs.gov.br/upload/arquivos/202301/24095021-12152455-22103849-nt-racismo-22-11.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Maioria das mulheres privadas de liberdade no Rio Grande do Sul é mãe e não possui Ensino Médio completo. **Rio Grande do Sul**, 10 maio 2023. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/maioria-das-mulheres-privadas-de-liberdade-no-rio-grande-do-sul-e-mae-e-nao-possui-ensino-medio-completo>>. Acesso em: 13 jun. 2024

ROJAS, Zicri Orellana. **Trayectorias hacia la existencia lesbiana**: desde el silencio hacia la construcción lesbiana feminista. 2017. (Tese de Doutorado) –Universidad de Santiago de Chile, Santiago do Chile, 2017.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Edição Liberdade, 1989.

SANTOS, Thandara (Org.). **Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN Mulheres**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional, 2018. Disponível em: <[https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18-1.pdf](https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SCHERER, Laura Alves; GRISCI, Carmem Ligia lochins. Cartografia como método de pesquisa para estudos de trabalho e subjetividade. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, n. Sup. 1, p. 1-14, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210202.por>

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições no enfrentamento do regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Rev. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, Carolina do Amaral; HACK, Marilza Stadler de Campos; TORRES, Renata Himovski. Educação para a sexualidade e encarceramento feminino. In: FALCIDE, Ires Aparecida (Org.). **Mulheres invisíveis**: por entre muros e grades. Curitiba: JM Editora e Livraria Jurídica, 2016.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007. p. 118-138.

SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos tem sexo?** Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

SOUZA, Simone Brandão. Mulheres negras lésbicas em situação de encarceramento e os desafios da visibilidade outsider frente a ordem e a heteronormatividade. In: BRUNETTO, Dayana TAGLIAMENTO, Grazielle. **Arco íris para quem?** (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas. Curitiba: UFPR, 2021. p. 26-48.

TAGLIAMENTO, Grazielle; BRUNETTO, Dayana; ALMEIDA, Raquel Mesquita. I **LesboCenso Nacional**: mapeamento de vivências lésbicas no Brasil. Relatório descritivo 1ª etapa (2021-2022). Brasília, DF: Liga Brasileira de Lésbicas (LBL); Associação Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de Vênus, 2022. Disponível em: <<https://lesbocenso.com.br/relatorio-primeira-etapa>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

TORRES, Thaís Priscila de Souza. Trajetórias lésbicas entre (re)invenções do silêncio na educação (escolar-família). **Revista Teias**, v. 23, n. 68, p. 104-122, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2022.51937>

VALENCIA, Sayak. Do queer ao cuir: geopolítica do estranhamento e epistêmica do sul glocal. **Caderno Espaço Feminino**, v. 36, n. 1, p. 14-35, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v36n1-2023-3>

VARGAS, Gesiele. **Mulheres autistas**: completar o espectro é uma questão de gênero. 2023. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. Anotações sobre a escrita. In: OLIVEIRA, Adriano de; ARAÚJO, Emília Rodrigues; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). **Formação do investigador**: reflexões em torno da escrita/pesquisa/autoria e orientação. Porto: Universidade do Minho. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 62-73.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

VIDA BOA. Poeminhas de Manoel de Barros: menino do mato. **Vida Boa**, 10 mar. 2016. Disponível em: <<http://vidaboa.redelivre.org.br/2016/03/10/poeminhas-de-manoel-de-barros-menino-do-mato/>>. Acesso em: 10 jul. 2022

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual**. Tradução: Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica, 2022.

## ANEXOS

### ANEXO I – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Lesbianidades, encarceramento e educação: aproximações possíveis  
Pesquisadora responsável: Dayana Brunetto  
Pesquisadora assistente: Misa Botelho Lima

Você está sendo convidada/o a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para tirar suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou depois de assiná-lo, você poderá buscar orientação junto à equipe de pesquisadoras/es. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo algum.

A pesquisa intitulada Lesbianidades, encarceramento e educação: aproximações possíveis tem como objetivo dialogar sobre as suas vivências e narrativas sobre o período de encarceramento. A entrevista irá acontecer durante a semana, no período da tarde e terá duração máxima de duas horas. Participando do estudo, você está sendo convidada/o a: conversar sobre suas experiências no cárcere através de algumas perguntas, organizadas em um roteiro de entrevista, que irei realizar sobre esse momento em sua vida. Se houver sua permissão, as entrevistas serão gravadas.

#### **Desconfortos e riscos:**

Possíveis desconfortos podem ocorrer através da conversa sobre as suas memórias no cárcere, havendo risco de relembrar violências das quais você foi vítima

#### **Benefícios:**

A pesquisa contribuirá com o campo dos estudos da educação, gênero e sexualidade. Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e armazenados pelo período de cinco anos após o término da pesquisa, sob responsabilidade das pesquisadoras responsáveis (Resol. 466/2012 e 510/2016).

Os dados serão armazenados de forma digital por meio do computador.

#### **Sigilo e privacidade:**

Você tem garantia de manutenção do sigilo e da sua privacidade durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário. Ou seja, seu nome nunca será citado, a não ser que você manifeste que abre mão do direito ao sigilo e que faz questão que seu nome apareça.

( ) Permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos unicamente para esta pesquisa e tenho ciência que a guarda dos dados são de responsabilidade das pesquisadoras, que se comprometem em garantir o sigilo e privacidade dos dados.

( ) Não permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos para esta pesquisa.

### **Resultados da pesquisa:**

Você terá garantia de acesso aos resultados da pesquisa através da publicação do texto que será disponibilizado para as participantes, inclusive por meio de apresentação na unidade prisional, a ser organizada com a direção da Unidade Prisional.

### **Contato:**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora:

Pesquisadora responsável: Dayana Brunetto

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Setor de Educação

Departamento de Teoria e Prática de Ensino - DTPEn

Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFPR

Endereço: Laboratório de Investigação em Gênero, Corpo e Subjetividade na Educação – LABIN?/UFPR.

Rua Rockefeller, 57 Rebouças - Curitiba

Telefone: (41) 9637-7420 - (24h)

E-mail: [dayabrunetto@gmail.com](mailto:dayabrunetto@gmail.com)

Misaeli Botelho Lima

Telefone:(53) 984087407

E-mail: [misalimaob@gmail.com](mailto:misalimaob@gmail.com)

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná. Rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11º andar, sala 1121, Curitiba – Paraná, Telefone: (41) 3360 – 5094 ou pelo e-mail [cep\\_chs@ufpr.br](mailto:cep_chs@ufpr.br).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Você tem o direito de acessar este documento sempre que precisar. Para garantir seu direito de acesso ao TCLE, este documento é elaborado em duas vias impressas, assinadas e rubricadas pela pesquisadora e pela/o participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com a pesquisadora.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFPR sob o número CAAE n° [campo a ser preenchido após a aprovação e aprovada com o Parecer número campo a ser preenchido após a aprovação emitido em data - campo a ser preenchido após a aprovação].

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas, informo que aceito participar.

Nome da/o participante da pesquisa:

---

(Assinatura da/o participante da pesquisa

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

## ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CARIOCA

- 1- Como foi o processo de acolhimento no ambiente do cárcere?
- 2- Você pode me descrever como era o ambiente com relação à estrutura do lugar?
- 3- Você teve alguma oportunidade de trabalhar ou estudar no presídio?
- 4- Como era o ambiente lá, tinha superlotação?
- 5- Sobre a questão de raça, a maioria eram mulheres brancas ou negras?
- 6- Como você percebia a questão da lesbianidade no presídio
- 7- Tinha algum nome específico para as lésbicas mais “masculinas”?
- 8- De que coisas você mais sentia falta lá dentro?